



MUNICÍPIO DE COLATINA
CONSOLIDADO
ESPIRITO SANTO
27.165.729/0001-74
ANEXO XIV - BALANÇO PATRIMONIAL
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2018

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	115.615.701,93	104.116.472,31	PASSIVO CIRCULANTE	34.564.678,33	37.211.207,95
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	61.432.405,31	53.381.273,70	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	14.229.418,64	14.236.974,84
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	40.733.457,22	39.022.160,94	PESSOAL A PAGAR	5.357.961,04	8.404.337,49
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	56.198,72	31.340,08	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR		
CLIENTES	6.441.120,54	5.994.214,72	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	2.442.385,45	33.609,00
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	346.912,56	2.512.510,64	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	6.429.072,15	5.799.028,35
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS			EMPRESIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	2.142.284,94	2.088.761,54
DIVÍDA ATIVA TRIBUTÁRIA	36.700.727,35	34.914.075,77	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	11.151.385,87	12.057.248,88
DIVÍDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	5.611.954,87	6.556.984,61	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	315.092,39	211.735,99
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	(8.423.456,82)	(10.986.964,88)	PROVISÕES A CURTO PRAZO		
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	9.601.391,23	7.635.215,51	PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS A CURTO PRAZO		
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO			PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS A CURTO PRAZO		
ESTOQUES	3.813.306,66	4.059.470,98	PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A CURTO PRAZO		
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA			PROVISÃO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP A CURTO PRAZO		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	35.141,51	18.351,18	PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL A CURTO PRAZO		
			OUTRAS PROVISÕES A CURTO PRAZO		
ATIVO NAO-CIRCULANTE	217.818.565,09	188.080.604,41	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	6.726.496,49	8.616.486,70
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	263.254,18	263.254,18	PASSIVO NAO-CIRCULANTE	63.583.175,24	65.920.569,22
CRÉDITOS A LONGO PRAZO			OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	20.978.787,40	29.342.234,63
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER			PESSOAL A PAGAR		
CLIENTES			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS			BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR		
DIVÍDA ATIVA TRIBUTÁRIA			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	20.978.787,40	29.342.234,63
DIVÍDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA			EMPRESIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	36.838.556,80	33.574.937,49
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS			FORNECEDORES A LONGO PRAZO		
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO			OBRIGACOES FISCAIS A LONGO PRAZO	251.984,38	280.959,99
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO			PROVISÕES A LONGO PRAZO	2.722.437,11	2.722.437,11
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A LONGO PRAZO	263.254,18	263.254,18	PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A LONGO PRAZO	2.722.437,11	2.722.437,11
ESTOQUES			PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO		
VARIAÇOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE			PROVISAO PARA RISCOS FISCAIS A LONGO PRAZO		
INVESTIMENTOS			PROVISAO PARA RISCOS CIVEIS A LONGO PRAZO		
PARTICIPACOES PERMANENTES			PROVISAO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP A LONGO PRAZO		
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL			PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL A LONGO PRAZO		
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO			OUTRAS PROVISOES A LONGO PRAZO		
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO			DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	2.791.409,55	
INVESTIMENTOS DO RPPS - LONGO PRAZO			RESULTADO DIFERIDO		
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES			TOTAL DO PASSIVO	98.147.853,57	103.131.777,17
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE INVESTIMENTOS					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INVESTIMENTOS					



MUNICÍPIO DE COLATINA
CONSOLIDADO
ESPIRITO SANTO
27.165.729/0001-74
ANEXO XIV - BALANÇO PATRIMONIAL
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2018

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INVESTIMENTOS - PARTICIPACOES			PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE PROPRIEDADES PARA INVESTIMEN			ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS DO RPPS			RESERVAS DE CAPITAL		
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - DEMAIS INVEST			AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL		
IMOBILIZADO	217.457.292,51	187.751.094,23	RESERVAS DE LUCROS		
BENS MOVEIS	33.570.288,84	43.272.840,59	DEMAIS RESERVAS		
BENS IMOVEIS	191.749.929,49	145.166.685,60	RESULTADOS ACUMULADOS	235.286.413,45	189.065.299,55
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS	(7.862.925,82)	(688.431,96)	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	20.337.577,89	10.458.207,30
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	(7.862.925,82)	(688.431,96)	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	189.065.299,55	178.713.467,82
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS			AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	25.883.536,01	(106.375,57)
(-) EXAUSTAO ACUMULADA - BENS MÓVEIS			SUPERAVITS OU DEFICITS RESULTANTES DE EXTINCAO, FUSAO E CISAO		
(-) EXAUSTAO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS			LUCROS A DESTINAR DE EXERCICIOS ANTERIORES		
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS			RESULTADOS APURADOS POR EXTINCAO, FUSAO E CISAO		
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS			(-) ACOES / COTAS EM TESOURARIA		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	235.286.413,45	189.065.299,55
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO - BENS MOVEIS					
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO - BENS IMOVEIS					
INTANGIVEL	98.018,40	66.256,00			
SOFTWARES	98.818,40	80.026,80			
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS					
DIREITO DE USO DE IMOVEIS					
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA	(800,00)	(13.770,80)			
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - SOFTWARES	(800,00)	(13.770,80)			
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - MARCAS, DIREITOS E PATENTES					
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - DIREITO DE USO DE IMOVEIS					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL - SOFTWARES					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL - MARCAS, DIREITOS					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL -DIREITO DE USO					
DIFERIDO					
GASTOS DE IMPLANTAÇÃO E PRÉ-OPERACIONAIS					
GASTOS DE REORGANIZAÇÃO					
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA					
TOTAL	333.434.267,02	292.197.076,72	TOTAL	333.434.267,02	292.197.076,72



MUNICÍPIO DE COLATINA
CONSOLIDADO
ESPIRITO SANTO
27.165.729/0001-74
ANEXO XIV - BALANÇO PATRIMONIAL
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2018

ATIVO FINANCEIRO	65.480.688,22	57.671.616,43	PASSIVO FINANCEIRO	32.481.917,83	33.302.184,86
ATIVO PERMANENTE	267.953.578,80	234.525.460,29	PASSIVO PERMANENTE	79.692.161,51	82.411.870,73
SALDO PATRIMONIAL				221.260.187,68	176.483.021,13

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	78.257.040,10	64.582.072,78	EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	116.697.161,19	102.741.123,71
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	2.323,32	2.584,10	EXECUCAO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERE	75.611.039,52	61.935.811,42	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNE	18.736.289,22	14.706.173,12
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS	2.643.677,26	2.643.677,26	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	97.960.871,97	88.034.950,59
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS			EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
TOTAL	78.257.040,10	64.582.072,78	TOTAL	116.697.161,19	102.741.123,71

SERGIO MENEGUELLI
PREFEITO

GIOVANNA MARIA SERAFINI GOMES
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

LORENA CARLA OLIVEIRA HÚNGARA DE LIMA
CONTADORA CRC-ES 016274/O-6



MUNICÍPIO DE COLATINA
CONSOLIDADO
ESPIRITO SANTO
27.165.729/0001-74

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFÍCIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2018

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
RECURSOS ORDINÁRIOS	10.496.382,96	34.077.720,31
000 - RECURSOS ORDINÁRIOS	10.496.382,96	34.077.720,31
RECURSOS VINCULADOS	22.502.387,43	(9.708.288,74)
101 - MDE	1.685.051,49	888.861,39
102 - FUNDEB – OUTRAS DESPESAS (40%)	0,00	(598.075,01)
103 - FUNDEB – PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO (60%)	712.189,99	(490.035,58)
107 - RECURSOS DO FNDE	440.901,33	481.243,75
108 - RECURSOS DE CONVÊNIOS DESTINADOS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO - CONTRAPARTIDA CONVÊNIO	555.225,57	46.491,62
119 - RECURSOS DO FNDE (Salário-Educação)	349.166,22	180.952,21
199 - DEMAIS RECURSOS CUJA APLICAÇÃO ESTEJA VINCULADA A FUNÇÃO EDUCAÇÃO	129.398,68	7.992,33
201 - RECURSOS PRÓPRIOS - SAÚDE	302.045,91	(24.765.896,07)
202 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS (RECURSOS PRÓPRIOS – SAÚDE)	0,00	32.961,25
203 - RECURSOS DO SUS	5.514.916,26	(3.275.576,53)
204 - RECURSOS DE CONVÊNIOS DESTINADOS A PROGRAMAS DE SAÚDE - CONTRAPARTIDA CONVÊNIO	0,00	7.824.353,27
299 - DEMAIS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	45.136,60	1.450.369,14
301 - RECURSOS DO FNAS	2.899.631,38	3.265.510,75
302 - RECURSOS DE CONVÊNIOS DESTINADOS A PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CONTRAPARTIDA CONVÊNIO	697.969,72	837.481,06
399 - DEMAIS RECURSOS DESTINADOS A ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.258.880,62	1.780.614,90
501 - CONVÊNIOS DOS ESTADOS - CONTRAPARTIDA CONVÊNIO	504.844,92	10.035,13
502 - CONVÊNIOS DA UNIÃO - CONTRAPARTIDA CONVÊNIO	702.657,36	621.106,86
601 - CIDE	4.320,14	129.882,01
602 - COSIP	74.597,46	6.379,75
603 - RECURSOS VINCULADOS AO TRÂNSITO	742.421,57	519.676,90
604 - ROYALTIES DO PETRÓLEO	66.176,69	12.881,11
605 - ROYALTIES DO PETRÓLEO ESTADUAL	824.506,76	(337.906,36)
901 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA	25.266,71	(319.256,58)
902 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA	1.691.861,77	112.462,61
903 - ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS	48.656,69	395.124,39
999 - OUTROS RECURSOS DE APLICAÇÃO VINCULADA	1.226.563,59	1.474.076,96
TOTAL	32.998.770,39	24.369.431,57



MUNICÍPIO DE COLATINA

CONSOLIDADO

ESPIRITO SANTO

27.165.729/0001-74

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFÍCIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2018

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR



NOTAS EXPLICATIVAS

Créditos Tributários a Receber

Os créditos tributários decorrem de valores a receber de IPTU em que o Município consegue mensurar com segurança os valores devidos pelos contribuintes.

Perdas Estimadas para impostos;

Para a constituição da provisão foi utilizada a metodologia baseada no Histórico de Recebimentos Passados (últimos 3 anos), em observância ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos.

Perdas Estimadas em Créditos de Dívida Ativa - Impostos

Para a constituição da provisão foi utilizada a metodologia baseada no Histórico de Recebimentos Passados (últimos 3 anos), em observância ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos.

Estoques

Os estoques foram mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição/produção/construção.

Imobilizado

O ativo imobilizado foi reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção.

Os bens estão em fase de reavaliação; onde os bens móveis encontram-se em fase final e os imóveis na fase inicial da mesma.

Durante o exercício de 2018 foi feita a conciliação dos saldos do Imobilizado entre os sistemas Contábil e de Patrimônio.



MUNICÍPIO DE COLATINA
CONSOLIDADO
ESPIRITO SANTO
27.165.729/0001-74
ANEXO XII - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2018

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d=(c-b)
Receitas Correntes (I)	309.467.000,00	314.863.564,11	321.882.611,87	7.019.047,76
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	35.555.844,00	35.555.844,00	35.828.373,19	272.529,19
Contribuições	7.250.000,00	8.240.000,00	8.308.916,25	68.916,25
Receita Patrimonial	2.533.282,00	2.966.733,06	1.537.626,21	(1.429.106,85)
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receita de Serviços	40.166.000,00	40.166.000,00	40.992.592,46	826.592,46
Transferências Correntes	222.075.574,00	226.048.687,05	230.509.010,02	4.460.322,97
Outras Receitas Correntes	1.886.300,00	1.886.300,00	4.706.093,74	2.819.793,74
Receitas de Capital (II)	17.533.000,00	34.269.819,92	14.527.560,48	(19.742.259,44)
Operações de Crédito	8.300.000,00	8.300.000,00	4.886.619,31	(3.413.380,69)
Alienação de Bens	21.000,00	21.000,00		(21.000,00)
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital	9.212.000,00	25.948.819,92	9.640.941,17	(16.307.878,75)
Outras Receitas de Capital				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV)	327.000.000,00	349.133.384,03	336.410.172,35	(12.723.211,68)
OPERAÇÃO DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (V)				
Operação de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operação de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)	327.000.000,00	349.133.384,03	336.410.172,35	(12.723.211,68)
DÉFICIT (VII)				
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	327.000.000,00	349.133.384,03	336.410.172,35	(12.723.211,68)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES(UTILIZADOS PARA		22.814.387,45		
Superávit Financeiro		22.814.387,45		
Reabertura de Créditos Adicionais				

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO j=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	300.540.500,00	331.838.285,93	314.756.807,04	299.179.875,58	295.863.812,81	17.081.478,89
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	146.459.136,00	152.560.653,97	147.491.188,19	147.222.088,13	144.964.641,31	5.069.465,78
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	677.100,00	415.094,91	395.272,93	395.272,93	395.272,93	19.821,98
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	153.404.264,00	178.862.537,05	166.870.345,92	151.562.514,52	150.503.898,57	11.992.191,13
DESPESAS DE CAPITAL (X)	25.909.500,00	46.236.110,27	19.976.528,29	13.683.127,41	13.250.010,98	26.259.581,98
INVESTIMENTOS	22.034.400,00	42.629.258,14	16.374.311,52	10.080.910,64	9.647.794,21	26.254.946,62
INVERSÕES FINANCEIRAS						
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	3.875.100,00	3.606.852,13	3.602.216,77	3.602.216,77	3.602.216,77	4.635,36
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	550.000,00					
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	327.000.000,00	378.074.396,20	334.733.335,33	312.863.002,99	309.113.823,79	43.341.060,87
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XIV)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externas						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	327.000.000,00	378.074.396,20	334.733.335,33	312.863.002,99	309.113.823,79	43.341.060,87
SUPERÁVIT (XVI)			1.676.837,02			
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	327.000.000,00	378.074.396,20	336.410.172,35	312.863.002,99	309.113.823,79	43.341.060,87
RESERVA DO RPPS						

**MUNICÍPIO DE COLATINA****CONSOLIDADO****ESPIRITO SANTO****27.165.729/0001-74****DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO****PROCESSADOS****BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2018**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	515.533,78	10.064.673,03	6.656.573,40	6.656.573,40	3.903.773,61	19.859,80
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	148.698,24	282.475,45	151.663,80	151.663,80	279.509,89	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA						
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	366.835,54	9.782.197,58	6.504.909,60	6.504.909,60	3.624.263,72	19.859,80
DESPESAS DE CAPITAL	1.270.677,57	3.823.001,75	3.972.306,39	3.971.762,58	1.097.103,24	24.813,50
INVESTIMENTOS	1.270.677,57	3.823.001,75	3.972.306,39	3.971.762,58	1.097.103,24	24.813,50
INVERSÕES FINANCEIRAS						
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA						
TOTAL	1.786.211,35	13.887.674,78	10.628.879,79	10.628.335,98	5.000.876,85	44.673,30



MUNICÍPIO DE COLATINA

CONSOLIDADO

ESPIRITO SANTO

27.165.729/0001-74

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR

PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2018

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES	62.637,21	8.412.654,92	8.342.742,57	1.447,41	131.102,15
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.553,49	3.421.839,63	3.374.461,72	626,36	57.305,04
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA					
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	52.083,72	4.990.815,29	4.968.280,85	821,05	73.797,11
DESPESAS DE CAPITAL	54.075,22	720.112,81	770.112,81		4.075,22
INVESTIMENTOS	54.075,22	720.112,81	770.112,81		4.075,22
INVERSÕES FINANCEIRAS					
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA					
TOTAL	116.712,43	9.132.767,73	9.112.855,38	1.447,41	135.177,37

SERGIO MENEGUELLI
PREFEITO

GIOVANNA MARIA SERAFINI GOMES
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

LORENA CARLA OLIVEIRA HUNGARA DE LIMA
CONTADORA CRC-ES 016274/O-6



NOTAS EXPLICATIVAS

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Vimos apresentar a devida justificativa para a Inconsistência Indicativa da Prestação de Contas Anual de 2018 Consolidado do Município de Colatina demonstrado abaixo:

BALORC	3698	1	Indicativa	O valor da despesa fixada no Balanço Orçamentário deve ser igual ou menor que a receita prevista.
--------	------	---	------------	---

O Valor da receita prevista (Previsão atualizada) encontra-se no valor de R\$ 349.133.384,03 enquanto a despesa fixada (Dotação atualizada) apresenta-se no valor de R\$ 378.074.396,20. Contudo a Despesa Empenhada e a Receita Realizada, ambas apresentam-se no valor de R\$ 336.410.172,35, sendo assim, o fato inicialmente descrito não interferiu no equilíbrio orçamentário-financeiro do Município.



MUNICÍPIO DE COLATINA
CONSOLIDADO
ESPIRITO SANTO
27.165.729/0001-74
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2018

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS	412.489.244,17	367.221.695,21
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	91.373.601,85	88.057.703,15
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	230.479.010,02	214.042.505,20
Outros Ingressos Operacionais	90.636.632,30	65.121.486,86
DESEMBOLSOS	400.752.097,19	354.312.645,12
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	302.195.835,06	286.310.052,86
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	395.272,93	379.676,43
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	8.272.020,79	4.921.367,00
Outros Desembolsos Operacionais	89.888.968,41	62.701.548,83
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	11.737.146,98	12.909.050,09
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		8.130,00
Alienação de Bens		8.130,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		
Outros Ingressos de Investimentos		
DESEMBOLSOS	14.389.669,60	16.534.475,30
Aquisição de Ativo Não Circulante	13.773.207,92	15.286.285,85
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		
Outros Desembolsos de Investimentos	616.461,68	1.248.189,45
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	(14.389.669,60)	(16.526.345,30)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	14.527.560,48	10.427.082,73
Operação de Crédito	4.886.619,31	5.883.993,81
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		
Transferências de Capital Recebidas	9.640.941,17	4.543.088,92
Outros Ingressos de Financiamentos		
DESEMBOLSOS	3.602.216,77	3.360.089,37
Amortização / Refinanciamento da Dívida		
Outros Desembolsos de Financiamentos	3.602.216,77	3.360.089,37
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS (III)	10.925.343,71	7.066.993,36
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA(I+II+III)	8.272.821,09	3.449.698,15
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	57.020.767,56	53.571.069,41
Caixa e Equivalente de Caixa Final	65.293.588,65	57.020.767,56
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	91.373.601,85	88.057.703,15
Receita Tributária	35.828.373,19	33.152.976,65
Receita de Contribuições	8.308.916,25	7.053.484,15
Receita Patrimonial	1.537.626,21	103.033,65
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços	40.992.592,46	38.266.044,77
Remuneração das Disponibilidades		2.852.831,67
Outras Receitas Derivadas e Originárias	4.706.093,74	6.629.332,26
Total das Receitas Derivadas e Originárias	91.373.601,85	88.057.703,15
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	230.479.010,02	214.042.505,20
Intergovernamentais	175.431.871,53	163.770.138,02
da União	112.531.997,29	107.003.919,87
de Estados e Distrito Federal	62.899.874,24	56.766.218,15
de Municípios		
Intragovernamentais		



MUNICÍPIO DE COLATINA
CONSOLIDADO
ESPIRITO SANTO
27.165.729/0001-74
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2018

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Outras Transferências Correntes Recebidas	55.047.138,49	50.272.367,18
Total das Transferências Recebidas	230.479.010,02	214.042.505,20
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	8.272.020,79	4.921.367,00
Intergovernamentais		
a União		
a Estado e Distrito Federal		
a Municípios		
Intragovernamentais	4.978.527,29	2.182.755,60
Outras Transferências Concedidas	3.293.493,50	2.738.611,40
Total das Transferências Concedidas	8.272.020,79	4.921.367,00

DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
Legislativa	6.432.334,35	6.305.074,43
Judiciária		
Essencial à Justiça		
Administração	37.212.430,85	36.043.330,38
Defesa Nacional		
Segurança Pública	71.414,06	97.381,06
Relações Exteriores		
Assistência Social	6.530.366,85	6.006.057,48
Previdência Social		
Saúde	91.587.401,52	89.705.038,67
Trabalho		
Educação	88.753.114,46	83.580.130,90
Cultura	772.922,31	923.665,39
Direitos da Cidadania	25.134,47	39.522,35
Urbanismo	19.163.390,93	18.344.118,65
Habituação	584.988,47	670.155,00
Saneamento	37.108.310,69	31.814.564,79
Gestão Ambiental	1.145.931,34	1.146.356,92
Ciência e Tecnologia		
Agricultura	1.031.663,46	1.114.581,58
Organização Agrária		
Indústria		
Comércio e Serviços	1.000,00	96.572,11
Comunicações		
Energia		
Transporte	2.398.835,48	1.403.711,66
Desporto e Lazer	613.376,02	346.676,20
Encargos Especiais	8.763.219,80	8.673.115,29
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	302.195.835,06	286.310.052,86

JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	290.094,91	148.336,35
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		
Outros Encargos da Dívida	105.178,02	231.340,08
Total dos Juros e Encargos da Dívida	395.272,93	379.676,43



MUNICÍPIO DE COLATINA
CONSOLIDADO
ESPIRITO SANTO
27.165.729/0001-74
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2018

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior



NOTAS EXPLICATIVAS

DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA

O saldo do Demonstrativo no Exercício de 2017 enviado na Prestação de Contas de 2017 diverge do saldo anterior no Demonstrativo de 2018 tendo em vista a mudança no critério para sua emissão do referido relatório.

No exercício de 2017 as contas 1135 e 114 eram consideradas extras-orçamentárias, quando no exercício atual, as mesmas são consideradas no saldo do demonstrativo.

Porém o xml reflete a realidade e considera as alterações exigidas pelo TCEES.



MUNICÍPIO DE COLATINA
CONSOLIDADO
ESPIRITO SANTO
27.165.729/0001-74
BALANÇO FINANCEIRO
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2018

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	336.410.172,35	312.535.421,08	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	334.733.335,33	316.490.624,09
RECURSOS ORDINÁRIOS	126.041.125,64	118.980.505,36	RECURSOS ORDINÁRIOS	117.059.866,04	107.842.534,45
RECURSOS ORDINÁRIOS	126.041.125,64	118.980.505,36	RECURSOS ORDINÁRIOS	117.059.866,04	107.842.534,45
RECURSOS ORDINÁRIOS –DRM – EC Nº 93/2016			RECURSOS ORDINÁRIOS –DRM – EC Nº 93/2016		
RECURSOS VINCULADOS	210.369.046,71	193.554.915,72	RECURSOS VINCULADOS	217.673.469,29	208.648.089,64
RECURSOS VINCULADOS A EDUCAÇÃO	83.215.847,16	76.337.483,05	RECURSOS VINCULADOS A EDUCAÇÃO	88.646.784,82	83.801.694,89
MDE	18.900.570,70	17.559.811,58	MDE	26.610.924,07	24.202.145,95
FUNDEB - OUTRAS DESPESAS (40%)	11.009.347,74	7.516.615,09	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS (40%)	6.934.794,99	8.524.139,61
FUNDEB - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO (60%)	44.037.390,75	42.594.152,09	FUNDEB - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO (60%)	46.628.016,54	42.450.196,68
MDE - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	15.446,95	9.102,02	MDE - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS		136.321,93
FUNDEB - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS (OUTRAS DESPESAS DA E	20.983,13	48.105,48	FUNDEB - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS (OUTRAS DESPESAS DA E		45.000,00
FUNDEB - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS (PAGAMENTO DOS PROFI	62.949,34	144.316,48	FUNDEB - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS (PAGAMENTO DOS PROFI	25.000,00	135.000,00
RECURSOS DO FNDE	2.294.913,83	2.713.555,71	RECURSOS DO FNDE	2.241.216,33	2.425.783,98
RECURSOS DE CONVÊNIOS DESTINADOS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO - CONTR	737.259,95	53.957,47	RECURSOS DE CONVÊNIOS DESTINADOS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO - CONTR	228.526,00	14.376,73
EDUCAÇÃO FUNDEB MAGISTÉRIO (60%) - ANO DE INGRESSO DO RECURSO			EDUCAÇÃO FUNDEB MAGISTÉRIO (60%) - ANO DE INGRESSO DO RECURSO		
EDUCAÇÃO FUNDEB OUTROS (40%) - ANO DE INGRESSO DO RECURSO			EDUCAÇÃO FUNDEB OUTROS (40%) - ANO DE INGRESSO DO RECURSO		
RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DESTINADAS A EDUCAÇÃO			RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DESTINADAS A EDUCAÇÃO		
EDUCAÇÃO MDE - Ano Anterior			EDUCAÇÃO MDE - Ano Anterior		
COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB – OUTRAS DESPESAS (40%)			COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB – OUTRAS DESPESAS (40%)		
COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB – PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS			COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB – PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS		
COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BA			COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BA		
COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BA			COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BA		
EDUCAÇÃO COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - MAGISTÉRIO (60%) - Ar			EDUCAÇÃO COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - MAGISTÉRIO (60%) - Ar		
EDUCAÇÃO COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - OUTROS (40%) - Ano An			EDUCAÇÃO COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - OUTROS (40%) - Ano An		
RECURSOS DO FNDE (Salário-Educação)	3.954.493,41	3.667.012,29	RECURSOS DO FNDE (Salário-Educação)	3.900.762,06	3.840.797,28
ROYALTIES DO PETRÓLEO – EDUCAÇÃO – LEI Nº 12.858/2013			ROYALTIES DO PETRÓLEO – EDUCAÇÃO – LEI Nº 12.858/2013		
DEMAIS RECURSOS CUJA APLICAÇÃO ESTEJA VINCULADA A FUNÇÃO EDUCAÇÃ	2.182.491,36	2.030.854,84	DEMAIS RECURSOS CUJA APLICAÇÃO ESTEJA VINCULADA A FUNÇÃO EDUCAÇÃ	2.077.544,83	2.027.932,73
RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	93.302.861,01	86.202.539,58	RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	96.868.853,64	92.039.329,90
RECURSOS PRÓPRIOS - SAÚDE	28.989.399,44	24.720.465,57	RECURSOS PRÓPRIOS - SAÚDE	29.406.801,50	28.517.738,75
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS (RECURSOS PRÓPRIOS – SAÚDE)		17.792,67	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS (RECURSOS PRÓPRIOS – SAÚDE)		10.429,72
RECURSOS DO SUS	63.989.378,47	59.526.665,28	RECURSOS DO SUS	67.169.535,23	63.087.582,27
RECURSOS DE CONVÊNIOS DESTINADOS A PROGRAMAS DE SAÚDE - CONTRAPA			RECURSOS DE CONVÊNIOS DESTINADOS A PROGRAMAS DE SAÚDE - CONTRAPA		
RECURSOS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO DESTINADA A AÇÕES E SERVIÇOS DE SA			RECURSOS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO DESTINADA A AÇÕES E SERVIÇOS DE SA		
RECURSOS PRÓPRIOS – SAÚDE, QUE NÃO ATENDAM AO PRINCÍPIO DE ACESSO U			RECURSOS PRÓPRIOS – SAÚDE, QUE NÃO ATENDAM AO PRINCÍPIO DE ACESSO U		
ROYALTIES DO PETRÓLEO – SAÚDE – LEI Nº 12.858/2013			ROYALTIES DO PETRÓLEO – SAÚDE – LEI Nº 12.858/2013		
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO PARA O SUS			TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO PARA O SUS		
TRANSFERÊNCIAS DO MUNICÍPIO PARA O SUS			TRANSFERÊNCIAS DO MUNICÍPIO PARA O SUS		



MUNICÍPIO DE COLATINA
CONSOLIDADO
ESPIRITO SANTO
27.165.729/0001-74
BALANÇO FINANCEIRO
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2018

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
DEMAIS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	324.083,10	1.937.616,06	DEMAIS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	292.516,91	423.579,16
RECURSOS VINCULADOS À SEGURIDADE SOCIAL	3.830.966,39	5.427.685,00	RECURSOS VINCULADOS À SEGURIDADE SOCIAL	4.237.984,04	3.422.843,14
RECURSOS DO FNAS	495.618,26	2.273.058,48	RECURSOS DO FNAS	999.857,42	1.567.274,04
RECURSOS DE CONVÊNIOS DESTINADOS A PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIA	590.535,68	570.380,63	RECURSOS DE CONVÊNIOS DESTINADOS A PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIA	750.320,30	
DEMAIS RECURSOS DESTINADOS A ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.744.812,45	2.584.245,89	DEMAIS RECURSOS DESTINADOS A ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.487.806,32	1.855.569,10
RECURSOS VINCULADOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS			RECURSOS VINCULADOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS		
RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)			RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)		
RECURSOS DO FUNDO FINANCEIRO			RECURSOS DO FUNDO FINANCEIRO		
RECURSOS DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO			RECURSOS DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO		
RECURSOS DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO			RECURSOS DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO		
RECURSOS DO SUPERÁVIT DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO			RECURSOS DO SUPERÁVIT DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO		
OUTRAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS	30.019.372,15	25.587.208,09	OUTRAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS	27.919.846,79	29.384.221,71
CONVÊNIOS DOS ESTADOS - CONTRAPARTIDA CONVÊNIO	3.590.243,81	138.087,29	CONVÊNIOS DOS ESTADOS - CONTRAPARTIDA CONVÊNIO	3.574.231,83	
CONVÊNIOS DA UNIÃO - CONTRAPARTIDA CONVÊNIO	2.327.077,95	3.500.734,07	CONVÊNIOS DA UNIÃO - CONTRAPARTIDA CONVÊNIO	2.345.875,36	3.788.856,09
CIDE	213.719,57	278.469,84	CIDE	339.687,75	349.547,98
COSIP	8.330.753,21	7.100.021,01	COSIP	8.321.711,03	7.506.912,67
RECURSOS VINCULADOS AO TRÂNSITO	1.193.212,77	681.352,11	RECURSOS VINCULADOS AO TRÂNSITO	342.606,73	557.597,17
ROYALTIES DO PETRÓLEO	4.052.611,57	2.961.978,74	ROYALTIES DO PETRÓLEO	4.042.985,50	2.949.407,55
ROYALTIES DO PETRÓLEO ESTADUAL	3.967.406,95	2.889.284,30	ROYALTIES DO PETRÓLEO ESTADUAL	3.308.244,17	2.763.193,25
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA	1.764.356,98	484.246,13	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA	1.356.697,05	921.385,44
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA	3.124.232,48	5.542.750,46	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA	2.184.908,05	9.222.676,06
ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS	6.810,55	7.481,14	ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS	353.278,25	132.013,74
OUTROS RECURSOS DE APLICAÇÃO VINCULADA	1.448.946,31	2.002.803,00	OUTROS RECURSOS DE APLICAÇÃO VINCULADA	1.749.621,07	1.192.631,76
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	38.480.315,47	36.132.377,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	38.482.510,47	37.841.013,83
DUODÉCIMO - CÂMARA MUNICIPAL	8.260.647,00	7.341.168,00	DUODÉCIMO - CÂMARA MUNICIPAL	8.260.647,00	7.341.168,00
REPASSE RECEBIDO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	28.915.536,74	28.329.535,72	REPASSE CONCEDIDO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	28.915.536,74	29.379.067,16
DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS	1.304.131,73	461.673,28	REPASSE CONCEDIDO - AUTARQUIA MUNICIPAL		51.812,72
			DEVOLUÇÃO DE REPASSE CONCEDIDO	1.306.326,73	502.553,83
			REPASSE CONCEDIDO		566.412,12
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (III)	77.745.828,37	51.919.794,27	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (VIII)	71.147.649,30	42.806.256,28
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	21.870.332,34	13.887.674,78	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	10.628.335,98	8.149.313,56
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	3.749.179,20	9.043.009,63	RP PROCESSADOS PAGOS	9.112.855,38	9.796.407,72
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	46.620.699,38	24.956.625,25	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	45.523.807,27	23.368.666,64
INSS - FOLHA DE PAGAMENTO	23.727.951,62	9.461.223,72	INSS - FOLHA DE PAGAMENTO	23.170.576,83	9.837.271,57
INSS - RETENÇÃO SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	2.257.611,34	1.024.214,66	INSS - RETENÇÃO SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	2.190.949,46	1.064.526,77
COMPENSAÇÃO INSS REF. ACORDO DE UNIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO EM ACÓF	4.433.891,14	605.240,68	COMPENSAÇÃO INSS REF. ACORDO DE UNIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO EM ACÓF	3.740.155,27	
INSS - DECIMO TERCEIRO	996.722,34	496.028,26	INSS - DECIMO TERCEIRO	1.492.750,60	



MUNICÍPIO DE COLATINA
CONSOLIDADO
ESPIRITO SANTO
27.165.729/0001-74
BALANÇO FINANCEIRO
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2018

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
IRRF - FOLHA DE PAGAMENTO PODER EXECUTIVO	3.239.823,94	2.985.234,02	IRRF - FOLHA DE PAGAMENTO PODER EXECUTIVO	3.214.025,03	2.818.216,90
IRRF - SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	107.835,22	138.266,39	IRRF - SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	98.128,33	149.683,35
IRRF - FOLHA DE PAGAMENTO SERVIDORESPODER LEGISLATIVO	230.793,91	220.939,60	IRRF - FOLHA DE PAGAMENTO SERVIDORESPODER LEGISLATIVO	230.793,91	220.939,60
IRRF - VEREADORES	35.414,30	33.627,35	IRRF - VEREADORES	35.414,30	33.627,35
IRRF - SENTENÇAS JUDICIAIS	2.649,29	4.947,77	IRRF - SENTENÇAS JUDICIAIS	7.557,39	3.442,66
IRRF - DECIMO TERCEIRO	149.234,08	145.834,60	CSLL	11.054,11	19.600,42
CSLL	10.532,56	18.620,16	COFINS	33.162,34	58.799,49
COFINS	31.597,69	55.858,70	PIS	7.185,13	12.740,21
PIS	6.846,13	12.103,04	ISS - MUNICIPIO DE COLATINA	836.775,38	702.907,05
ISS - MUNICIPIO DE COLATINA	840.189,08	656.692,42	COMPENSAÇÃO DE DEBITOS FISCAIS DO TESOURO MUNICIPAL	1.960,22	
COMPENSAÇÃO DE DEBITOS FISCAIS DO TESOURO MUNICIPAL	1.960,22		PENSAO ALIMENTICIA	299.137,62	292.437,63
PENSAO ALIMENTICIA	299.865,61	292.841,96	PLANO DE SAUDE	109.237,33	75.142,36
PLANO DE SAUDE	136.033,04	75.142,36	SISPMC	612.100,11	533.990,95
SISPMC	612.568,13	540.400,13	SINDAEMA	4.997,91	4.743,35
SINDAEMA	5.018,53	5.178,32	CONTRIBUICAO SINDICAL		199.477,55
CONTRIBUICAO SINDICAL		199.477,55	IPSMBSF - INST. PREV. MUNIC. DE BARRA DE SAO FRANCISCO	911,67	3.297,98
IPSMBSF - INST. PREV. MUNIC. DE BARRA DE SAO FRANCISCO	396,70	2.997,72	IPAJM - INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA JERONIMO MONTEIRO	8.835,98	11.229,55
IPAJM - INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA JERONIMO MONTEIRO	8.791,46	11.395,47	IGEPREV INSTITUTO DE GESTÃO PREV.DO ESTADO DE TOCANTINS		3.422,42
IGEPREV INSTITUTO DE GESTÃO PREV.DO ESTADO DE TOCANTINS		3.087,72	VALE TRANSPORTE	48.812,98	153.217,58
IPAJM 13 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA JERONIMO MONTEIRO	14,78	233,12	VALE ALIMENTACAO	16.654,39	22.222,88
VALE TRANSPORTE	143.787,51	142.332,68	C.E.F. CONSIGNACOES	3.593.194,35	3.751.178,47
VALE ALIMENTACAO	19.342,11	20.958,24	BANESTES CONSIGNACOES	3.170.529,64	2.866.123,60
C.E.F. CONSIGNACOES	3.565.070,16	3.761.457,01	BANCO DO BRASIL CONSIGNACOES	116.614,07	132.242,72
BANESTES CONSIGNACOES	3.185.184,44	2.893.763,00	PROGRAMA MUNICIPAL DE HABITACAO POPULAR	3.545,63	2.677,01
BANCO DO BRASIL CONSIGNACOES	123.603,06	129.900,92	MULTAS POR INFRAÇÕES DE TRÂNSITO	1.611,53	2.391,22
PROGRAMA MUNICIPAL DE HABITACAO POPULAR	3.357,79	3.244,39	SICOOB CONSIGNAÇÕES	321.747,17	
RESSARCIMENTO DE VALORES PELA CESSAO DE SERVIDORES - CONVENIO ESTAI		10.378,38	OUTROS CONSIGNATÁRIOS	2.705,50	
MULTAS POR INFRAÇÕES DE TRÂNSITO	1.011,10	2.382,12	RETENCAO DE CREDITO EM VIRTUDE DE DETERMINACAO JUDICIAL	1.175.105,50	248.283,72
SICOOB CONSIGNAÇÕES	395.984,34		DEPOSITOS E CAUCOES - CONTRATOS	174.835,86	
INSTITUTO DE PREVIDENCIA - PREVES	712,08		DEPOSITOS DE RENDIMENTOS DO PIS/PASEP	47,08	
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	3.302,24		RETENÇÃO CAUÇÃO CONTRATO 007/2016 CLÁUSULA 48.1 - GIMMA ENG. LTDA	403.865,20	
RETENCAO DE CREDITO EM VIRTUDE DE DETERMINACAO JUDICIAL	1.175.105,50	248.283,72	RETENÇÃO CAUÇÃO CONTRATO 099/2017 - MONITORA TEC. INF. LTDA.	22.032,11	
DEPOSITOS E CAUCOES - CONTRATOS	174.835,86		OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	366.797,34	144.832,28
DEPÓSITO CONTRATO Nº 088/ANA/2014 - PRODES	221.689,48	321.292,28			
DEPOSITOS DE RENDIMENTOS DO PIS/PASEP	47,08				
RETENÇÃO CAUÇÃO CONTRATO 007/2016 CLÁUSULA 48.1 - GIMMA ENG. LTDA	61.063,96	288.214,51			
RETENÇÃO CAUÇÃO CONTRATO 099/2017 - MONITORA TEC. INF. LTDA.	44.064,22				



MUNICÍPIO DE COLATINA
CONSOLIDADO
ESPIRITO SANTO
27.165.729/0001-74
BALANÇO FINANCEIRO
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2018

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	366.797,34	144.832,28	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	5.882.650,67	1.491.868,36
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	5.505.617,45	4.032.484,61	13 SALARIO - ADIANTAMENTO	49.211,70	
13 SALARIO - ADIANTAMENTO	129.313,81	2.700.612,51	FÉRIAS - ADIANTAMENTO	952.237,81	
FÉRIAS - ADIANTAMENTO	33.898,26	247.985,34	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS A COMPENSAR		3.013,35
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS A COMPENSAR		3.013,35	OUTROS TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	540,00	
OUTROS TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	540,00		ADIANTAMENTO DE VALE TRANSPORTE	1.400,98	
ADIANTAMENTO DE VALE TRANSPORTE	1.172,24		PLANO DE SAUDE	841.553,49	315.112,98
PLANO DE SAUDE	847.469,07	316.230,58	VALORES EM TRÂNSITO REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	625.715,53	623.735,95
VALORES EM TRÂNSITO REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	1.109.747,29	222.038,02	SALARIO FAMILIA	448.901,89	82.870,95
SALARIO FAMILIA	447.102,89	90.318,44	SALARIO MATERNIDADE	2.963.089,27	467.135,13
SALARIO MATERNIDADE	2.936.373,89	452.286,37			
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	57.020.767,56	53.571.069,41	SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	65.293.588,65	57.020.767,56
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	53.381.273,70	50.252.867,83	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	61.432.405,31	53.381.273,70
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	53.381.273,70	50.252.867,83	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	61.432.405,31	53.381.273,70
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	3.639.493,86	3.318.201,58	DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	3.861.183,34	3.639.493,86
DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	3.639.493,86	3.318.201,58	DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	3.861.183,34	3.639.493,86
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	509.657.083,75	454.158.661,76	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	509.657.083,75	454.158.661,76

SERGIO MENEGUELLI
PREFEITO

GIOVANNA MARIA SERAFINI GOMES
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

LORENA CARLA OLIVEIRA HÚNGARA DE LIMA
CONTADORA CRC-ES 016274/O-6



MUNICÍPIO DE COLATINA
CONSOLIDADO
ESPIRITO SANTO
27.165.729/0001-74
ANEXO XVII - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2018

Código	Descrição	Saldo Anterior	Movimentação				Saldo Atual
			Encampação	Cancelamento	Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR							
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS							
211110101000	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	1.390.992,07	329,40	626,36	98.066.497,20	99.273.864,80	183.327,51
211110102000	DECIMO TERCEIRO SALÁRIO	6.109,53			7.868.618,56	7.865.501,10	9.226,99
211110103000	FÉRIAS	958.086,12			11.633.203,20	12.581.863,68	9.425,64
211110106000	AGENTES POLÍTICOS				738.543,55	738.543,55	
211110403000	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 05/05/2000 - NÃO VENCIDOS				8.623,43	8.623,43	
211110502000	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO - A PARTIR DE 05/05/2000 - VENCIDOS E NÃO				5.645,80	5.645,80	
211110503001	PRECATÓRIOS TRABALHISTAS - SANEAR	90.665,36			212.174,95	302.840,31	
211110503002	PRECATORIOS TRABALHISTAS - PREFEITURA				81.297,14	81.297,14	
211110503999	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO - A PARTIR DE 05/05/2000 - NÃO VENCIDOS	8.287,22			793.209,19	801.496,41	
211210100000	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR				3.434,40	3.434,40	
211210600000	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR - DECISÕES JUDICIAIS - EXCETO PRECATÓRIOS				6.863,01	6.863,01	
211310100000	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	33.609,00		329,40	4.934.215,34	2.525.109,49	2.442.385,45
211410103000	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS - SERVIÇOS DE TERCEIROS OU CONTRIBUINTES AVULSOS				3.072,00	3.072,00	
211420100000	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	1.611,43	0,93	0,93	22.854,52	24.465,95	
211430101001	INSS - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	1.416.082,98			54.692.532,35	54.349.525,05	1.759.090,28
211430102001	PARCELAMENTO ESPECIAL INSS LEI 12810/2013				1.856.362,93	1.856.362,93	
211430102002	PARCELAMENTO ORDINARIO 623069040 LDC 37454480-8 E 37479070-1 PRECATORIOS 2014 E 2015(				270.858,78	270.858,78	
211430102003	PARCEL.SIMPLIFICADO 623127334 LDC 37454472-7 E 37479191-0 PRECATORIOS 2014 E 2015(PARTI				98.494,03	98.494,03	
211430102004	PARCEL SIMPLIFICADO 624896293 LDC 37514856-6 E 37514906-6 PRECATÓRIOS 2016 E 2017				25.434,45	25.434,45	
211430103000	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS - SERVIÇOS DE TERCEIROS OU CONTRIBUINTES AVULSOS				1.110,36	1.110,36	
211430500001	FGTS - FOLHA PAGAMENTO	540.337,28			4.924.225,96	5.109.883,73	354.679,51
211430500003	PARCELAMENTO DO FGTS - SANEAR				29.587,38	29.587,38	
211430500999	FGTS				651.458,97	651.458,97	
211430600001	PARCELAMENTO DE PRECATÓRIOS DE INSS - SANEAR				118.180,06	118.180,06	
211430600003	PARCELAMENTO INSS PRECATORIO TRABALHISTAS 2014 E 2015 IN RFB 1687 ART 2				32.417,86	32.417,86	
212110201001	OPERACAO DE CREDITO INTERNA PAC/BID CONTRATO N° 0241.749-27/09				71.638,69	71.638,69	
212110201002	OPERACAO DE CREDITO INTERNA PAC/BID CONTRATO N° 0243.845-35/09				59.945,13	59.945,13	
212110201003	OPERACAO DE CREDITO INTERNA PAC/BID CONTRATO N° 0242.227-33/09				626.716,99	626.716,99	
212110201005	CONTRATO DE FINANCIAMENTO N°69200/1-BANDES/PROINVESTE CAPIXABA				668.054,40	668.054,40	
212330198001	TERMO DE ACORDO PMC X CEF - QUITACAO DAS PARCELAS DAS UNID.HABITACIONAIS - MIN				143.121,39	143.121,39	
212510100999	JUROS DE CONTRATOS - EMPRÉSTIMOS INTERNOS				4.743,69	4.743,69	
213110101001	FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR	6.859.673,62	275,20	321,05	153.521.194,09	154.679.535,80	5.701.286,06
213110102000	FORNECEDORES PARCELADOS A PAGAR				115.617,71	115.617,71	
213110199000	DEMAIS FORNECEDORES A PAGAR	41,64			391.003,87	319.650,12	71.395,39
213110301000	CONTAS NÃO PARCELADAS A PAGAR	490.827,26		275,20	6.507.900,68	6.303.146,71	695.306,03
213110302000	CONTAS PARCELADAS A PAGAR				739,62	739,62	



MUNICÍPIO DE COLATINA
CONSOLIDADO
ESPIRITO SANTO
27.165.729/0001-74
ANEXO XVII - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2018

Código	Descrição	Saldo Anterior	Movimentação				Saldo Atual
			Encampação	Cancelamento	Inscrição	Baixa	
213110399000	DEMAIS CONTAS A PAGAR	224.937,10			4.647.909,11	4.648.738,96	224.107,25
213110803001	PRECATÓRIOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - SANEAR	10.279,41			10.279,41	20.558,82	
213110803004	PRECATÓRIOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - PREFEITURA				80.178,24	80.178,24	
213110803005	PRECATÓRIOS CÍVEIS - SANEAR				182.337,86	182.337,86	
214110100000	IPI A RECOLHER				3.050,96	3.050,96	
214111100000	PIS/PASEP A RECOLHER	34.530,28			3.211.907,17	3.010.428,82	236.008,63
214111200002	PARCELAMENTO CSLL CIA COL. MEIO AMB. SAN. AMBIENTAL Nº 72.6.13.001829-30				93.018,99	93.018,99	
214111200003	PARCELAMENTO ANA Nº 339009905850				30.019,44	30.019,44	
214119900001	PARCELAMENTO DO PASEP MP 574/2012 - 2009 A 2011				12.182,52	12.182,52	
214121100000	PIS/PASEP A RECOLHER	35.027,53			9.181,93	44.209,46	
214129900000	OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS A RECOLHER				13.345,06	13.345,06	
214131100000	PIS/PASEP A RECOLHER				501.389,27	460.935,99	40.453,28
214139900000	OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS A RECOLHER				585.661,93	585.661,93	
214210600000	TAXA DE LICENCIAMENTO ANUAL DE VEICULOS				44.004,90	41.501,35	2.503,55
214219900000	OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES ESTADUAIS A RECOLHER	239,91			29.398,47	29.638,38	
214220600000	TAXA DE LICENCIAMENTO ANUAL DE VEÍCULOS				3.549,82	3.549,82	
214220800000	TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL				49,08	49,08	
214229900000	OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES ESTADUAIS A RECOLHER				2.999,17	2.999,17	
214240600000	TAXA DE LICENCIAMENTO ANUAL DE VEICULOS				14.450,40	14.450,40	
214240800000	TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL				9.179,64	9.179,64	
214249900000	OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES ESTADUAIS A RECOLHER	2.082,00			10.344,46	12.426,46	
214310800000	TAXA DE INSPEÇÃO VEICULAR				90,09	90,09	
214319900000	OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES MUNICIPAIS A RECOLHER				248,82	248,82	
214350800000	TAXA DE INSPEÇÃO VEICULAR				180,18	180,18	
214359900000	OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES MUNICIPAIS A RECOLHER				1.593,66	1.593,66	
218910101000	INDENIZACOES A SERVIDORES				893.276,55	892.851,16	425,39
218910102000	INDENIZACOES E RESTITUICOES DIVERSAS DO EXERCICIO	197.263,99			3.594.112,01	3.776.414,16	14.961,84
218910103999	INDENIZACOES E RESTITUICOES DIVERSAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	4.034,37			383.995,52	383.995,52	4.034,37
218910200000	DIARIAS A PAGAR	2.424,00			208.849,00	208.057,00	3.216,00
218910300000	SUPRIMENTOS DE FUNDOS A PAGAR	1.000,97		500,00	33.232,42	33.394,92	338,47
218910501000	CONVENIOS A PAGAR DO EXERCICIO				766.253,64	766.253,64	
218911200000	SUBVENCOES A PAGAR	11.980,00			2.527.239,86	2.539.219,86	
218911400000	CONSÓRCIOS A PAGAR	20.964,80			281.577,60	281.577,60	20.964,80
TOTAL - RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:		12.341.087,87	605,53	2.052,94	367.374.678,86	367.941.182,88	11.773.136,44
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							
2014	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - 2014	684.507,42		325.430,51		358.533,10	543,81
2015	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - 2015	398.460,70		266.936,12		131.524,58	
2016	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - 2016	703.243,23		454.758,06		248.485,17	



MUNICÍPIO DE COLATINA
CONSOLIDADO
ESPIRITO SANTO
27.165.729/0001-74
ANEXO XVII - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2018

Código	Descrição	Saldo Anterior	Movimentação				Saldo Atual
			Encampação	Cancelamento	Inscrição	Baixa	
2017	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - 2017	13.887.674,78		3.953.752,16		9.889.793,13	44.129,49
2018	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - 2018				21.870.332,34		21.870.332,34
TOTAL - RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:		15.673.886,13		5.000.876,85	21.870.332,34	10.628.335,98	21.915.005,64
TOTAL - RESTOS A PAGAR:		28.014.974,00	605,53	5.002.929,79	389.245.011,20	378.569.518,86	33.688.142,08

OUTRAS DÍVIDAS

CONSIGNAÇÃO

218810102001	INSS - FOLHA DE PAGAMENTO	399.379,54	1.696.047,16	1.876.603,47	23.727.951,62	23.170.576,83	776.198,02
218810102002	INSS - RETENCAO SOBRE PRESTACAO DE SERVICO	138.420,62	194.253,24	265.295,60	2.257.611,34	2.190.949,46	134.040,14
218810102003	COMPENSAÇÃO INSS REF. ACORDO DE UNIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO EM ACÓRDÃO DO S	1.267.154,94	1.779.264,46	3.740.155,27	4.433.891,14	3.740.155,27	
218810102005	INSS - DECIMO TERCEIRO	496.028,26	497.911,74	497.911,74	996.722,34	1.492.750,60	
218810104001	IRRF - FOLHA DE PAGAMENTO PODER EXECUTIVO	593.910,08	369.287,24	684.127,49	3.239.823,94	3.214.025,03	304.868,74
218810104002	IRRF - SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	21.096,33	22.285,94	35.169,40	107.835,22	98.128,33	17.919,76
218810104003	IRRF - FOLHA DE PAGAMENTO SERVIDORESPODER LEGISLATIVO				230.793,91	230.793,91	
218810104004	IRRF - VEREADORES				35.414,30	35.414,30	
218810104005	IRRF - SENTENÇAS JUDICIAIS	4.938,43	4.908,10	4.938,43	2.649,29	7.557,39	
218810104006	IRRF - DECIMO TERCEIRO	145.834,60	248.134,60	248.134,60	149.234,08		295.068,68
218810105000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	413,77		413,77			
218810106002	CSLL	521,55	2.349,73	2.349,73	10.532,56	11.054,11	
218810106003	COFINS	1.564,65	7.049,21	7.049,21	31.597,69	33.162,34	
218810106004	PIS	339,00	1.527,30	1.527,30	6.846,13	7.185,13	
218810108001	ISS - MUNICIPIO DE COLATINA	138.810,58	111.095,79	190.052,65	840.189,08	836.775,38	63.267,42
218810109001	COMPENSAÇÃO DE DEBITOS FISCAIS DO TESOIRO MUNICIPAL				1.960,22	1.960,22	
218810110001	PENSAO ALIMENTICIA	2.832,63	7.746,64	11.307,26	299.865,61	299.137,62	
218810111001	PLANO DE SAUDE				136.033,04	109.237,33	26.795,71
218810113001	SISPMC	50.213,99	93.252,62	93.971,19	612.568,13	612.100,11	49.963,44
218810113002	SINDAEMA	434,97			5.018,53	4.997,91	455,59
218810113003	CONTRIBUICAO SINDICAL	302,57		302,57			
218810113004	IPAMV - INST. PREV. MUNIC. DE VITORIA	3.553,95		3.553,95			
218810113006	IPMSBSF - INST. PREV. MUNIC. DE BARRA DE SAO FRANCISCO	514,97	911,67	911,67	396,70	911,67	
218810113008	IPAJM - INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA JERONIMO MONTEIRO	2.663,97	6.777,86	9.152,53	8.791,46	8.835,98	244,78
218810113009	IGEPREV INSTITUTO DE GESTÃO PREV.DO ESTADO DE TOCANTINS	29,66		29,66			
218810113010	IPAJM 13 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA JERONIMO MONTEIRO	233,12	14,78	262,68	14,78		
218810116001	VALE TRANSPORTE	51.934,36	104.059,57	250.888,46	143.787,51	48.812,98	80,00
218810117001	VALE ALIMENTACAO	317,07	162,60	317,07	19.342,11	16.654,39	2.850,32
218810199001	C.E.F. CONSIGNACOES	301.005,51	619.357,96	622.269,50	3.565.070,16	3.593.194,35	269.969,78
218810199002	BANESTES CONSIGNACOES	249.347,71	682.645,72	692.875,72	3.185.184,44	3.170.529,64	253.772,51
218810199003	BANCO DO BRASIL CONSIGNACOES	10.287,93	18.351,48	19.057,19	123.603,06	116.614,07	16.571,21
218810199012	PROGRAMA MUNICIPAL DE HABITACAO POPULAR	668,87	468,14	668,87	3.357,79	3.545,63	280,30



MUNICÍPIO DE COLATINA
CONSOLIDADO
ESPIRITO SANTO
27.165.729/0001-74
ANEXO XVII - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2018

Código	Descrição	Saldo Anterior	Movimentação				Saldo Atual
			Encampação	Cancelamento	Inscrição	Baixa	
218810199013	RESSARCIMENTO DE VALORES PELA CESSAO DE SERVIDORES - CONVENIO ESTADO X FMS	70.764,03	468,14		3.357,79		70.764,03
218810199015	MULTAS POR INFRAÇÕES DE TRÂNSITO	727,07	776,90	881,85	1.011,10	1.611,53	21,69
218810199016	SICOOB CONSIGNAÇÕES		5.617,79	5.617,79	395.984,34	321.747,17	74.237,17
218810199017	INSTITUTO DE PREVIDENCIA - PREVES		712,08	1.424,16	712,08		
218810199999	OUTROS CONSIGNATÁRIOS		596,74	1.193,48	3.302,24	2.705,50	
TOTAL - CONSIGNAÇÃO:		3.954.244,73	6.475.567,06	9.268.414,26	44.577.095,94	43.381.124,18	2.357.369,29
DEPÓSITOS							
218810301001	RETENCAO DE CREDITO EM VIRTUDE DE DETERMINACAO JUDICIAL		44.391,57	44.391,57	1.175.105,50	1.175.105,50	
218810401003	DEPOSITOS E CAUCOES - CONTRATOS	2.584,10		260,78	174.835,86	174.835,86	2.323,32
218810402001	DEPÓSITO CONTRATO Nº 088/ANA/2014 - PRODES	3.637.170,54	3.640.706,76	3.640.706,76	221.689,48		3.858.860,02
218810499001	DEPOSITOS DE RENDIMENTOS DO PIS/PASEP	47,08		47,08	47,08	47,08	
218810499003	RETENÇÃO CAUÇÃO CONTRATO 007/2016 CLÁUSULA 48.1 - GIMMA ENG. LTDA	784.772,12	1.221.672,16	1.221.672,16	61.063,96	403.865,20	441.970,88
218810499004	RETENÇÃO CAUÇÃO CONTRATO 099/2017 - MONITORA TEC. INF. LTDA.		22.032,11	22.032,11	44.064,22	22.032,11	22.032,11
218819900000	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		183.398,67	183.398,67	366.797,34	366.797,34	
TOTAL - DEPÓSITOS:		4.424.573,84	5.112.201,27	5.112.509,13	2.043.603,44	2.142.683,09	4.325.186,33
TOTAL - OUTRAS DÍVIDAS:		8.378.818,57	11.587.768,33	14.380.923,39	46.620.699,38	45.523.807,27	6.682.555,62
 SERGIO MENEGUELLI PREFEITO GIOVANNA MARIA SERAFINI GOMES SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS LORENA CARLA OLIVEIRA HÚNGARA DE LIMA CONTADORA CRC-ES 016274/O-6							



MUNICÍPIO DE COLATINA
CONSOLIDADO
ESPIRITO SANTO
27.165.729/0001-74
ANEXO XVI - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2018

Código	Descrição	Saldo Anterior	Movimentação		Saldo Atual
			Inscrição	Baixa	
221410100001	PARCELAMENTO DE PRECATÓRIOS DE INSS - SANEAR	189.771,38		84.432,28	105.339,10
221410300002	PARCELAMENTO DE FGTS - SANEAR	211.082,77		26.000,00	185.082,77
221430101001	PARCEL SIMPLIFICADO 623127334 LDC 37454472-7 E 37479191-0 PRECATORIOS 2014 E 2015(PARTE SEGURADO)	21.075.239,75	2.204.685,60	3.600.000,00	19.679.925,35
221430101002	PARCELAMENTO ORDINARIO 623069040 LDC 37454480-8 E 37479070-1 PRECATORIOS 2014 E 2015(PARTE PATRO NAL)	7.866.140,73	9.274.526,73	16.296.281,46	844.386,00
221430101004	PARCEL SIMPLIFICADO 624896293 LDC 37514856-6 E 37514906-6 PRECATÓRIOS 2016 E 2017		236.054,18	72.000,00	164.054,18
222110298001	OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNA PAC/BID CONTRATO Nº 0241.749.27/09	422.876,86	514.018,26	580.018,26	356.876,86
222110298002	OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNA PAC/BID CONTRATO Nº 0243.845.35/09	158.001,02	316.366,86	316.366,86	158.001,02
222110298003	OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNA PAC/BID CONTRATO Nº 0242.227.33/09	3.406.911,35	3.585.434,75	2.701.568,45	4.290.777,65
222110298004	CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº69200/1-BANDES/PROINVESTE CAPIXABA	1.913.082,89	103.801,51	780.801,51	1.236.082,89
222210200001	CONTRATO 2751/OC-BR-BID	21.305.653,28	8.524.409,01		29.830.062,29
222310102000	FINANCIAMENTOS PARA CONSTRUCAO DE IMOVEIS HABITACIONAIS	966.756,09	1.933.512,18	1.933.512,18	966.756,09
222310102001	TERMO DE ACORDO PMC X CEF - QUITACAO DAS PARCELAS DAS UNID.HABITACIONAIS - MINHA CASA MIN HA VIDA		966.756,09		966.756,09
222310102999	FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	966.756,09	966.756,09	1.933.512,18	
224130200003	PARCELAMENTO DO PASEP MP 574/2012 - 2009 a 2011	264.984,38		13.000,00	251.984,38
224139900001	PARCELAMENTO ANA Nº 339009905850	15.975,61		15.975,61	
Total Geral :		58.763.232,20	28.626.321,26	28.353.468,79	59.036.084,67

SERGIO MENEGUELLI
PREFEITO

GIOVANNA MARIA SERAFINI GOMES
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

LORENA CARLA OLIVEIRA HÚNGARA DE LIMA
CONTADORA CRC-ES 016274/O-6

 MUNICÍPIO DE COLATINA CONSOLIDADO ESPIRITO SANTO 27.165.729/0001-74 ANEXO XV - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2018		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	407.827.854,89	374.965.862,22
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	41.301.493,32	42.134.863,29
IMPOSTOS	37.481.342,57	35.998.964,26
TAXAS	3.820.150,75	6.135.899,03
CONTRIBUIÇÕES	8.308.916,25	7.053.484,15
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	8.308.916,25	7.053.484,15
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	41.480.397,90	39.766.495,18
VENDA DE MERCADORIAS		
VENDA DE PRODUTOS		
EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	41.480.397,90	39.766.495,18
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	2.219.238,87	3.616.467,46
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		
JUROS E ENCARGOS DE MORA	234.906,35	744.710,55
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	16,55	
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS		
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS	1.347.474,14	2.852.831,67
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – FINANCEIRAS	636.841,83	18.925,24
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	303.304.805,83	279.713.226,40
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	39.095.762,61	36.409.430,30
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	207.380.266,10	192.313.214,78
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	30.000,00	110.000,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	55.046.738,49	49.169.289,21
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS		
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR		
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	1.751.638,63	1.659.692,11
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	400,00	51.600,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	8.899.994,29	410.774,22
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS		
GANHOS COM ALIENAÇÃO		
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	998.555,38	328.120,86
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	7.901.438,91	82.653,36
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL		
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.313.008,43	2.270.551,52
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR		
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES		
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	144.426,53	66.272,87
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.168.581,90	2.204.278,65
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	387.490.277,00	364.507.654,92
PESSOAL E ENCARGOS	151.402.397,79	168.869.756,34
REMUNERACAO A PESSOAL	115.649.934,00	117.138.379,10
ENCARGOS PATRONAIS	31.061.664,67	35.610.497,61
BENEFICIOS A PESSOAL	3.179.801,57	14.356.719,56
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	1.510.997,55	1.764.160,07
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	848.588,99	699.324,17
APOSENTADORIAS E REFORMAS		
PENSOES		12.227,85
BENEFICIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA		
BENEFICIOS EVENTUAIS	833.786,00	676.510,00
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA		
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	14.802,99	10.586,32
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	156.148.926,76	121.739.931,64
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	13.517.450,42	13.352.369,16
SERVICOS	135.456.982,48	108.209.115,92
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	7.174.493,86	178.446,56
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	105.423,68	1.090.080,05
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	36.842,36	612.356,40
JUROS E ENCARGOS DE MORA	49.195,97	10.715,51
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	14.320,35	463.699,30
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS		
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	5.065,00	3.308,84
TRANSFERENCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	63.623.013,12	60.806.779,03
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	38.482.510,47	37.841.013,83
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	22.343.665,19	21.090.193,03
TRANSFERENCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	2.515.259,86	1.532.988,97

 MUNICÍPIO DE COLATINA CONSOLIDADO ESPIRITO SANTO 27.165.729/0001-74 ANEXO XV - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2018		
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	2.515.259,86	1.532.988,97
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERÊNCIAS A CONSORCIOS PÚBLICOS	281.577,60	342.583,20
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA		
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	7.166.870,58	4.932.971,47
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	1.328.590,15	260.289,99
PERDAS COM ALIENACAO		31.168,34
PERDAS INVOLUNTARIAS	466.382,27	1.098,78
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	5.371.898,16	4.640.414,36
TRIBUTARIAS	4.425.112,95	3.859.072,57
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	108.122,07	33.198,00
CONTRIBUIÇÕES	4.316.990,88	3.825.874,57
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS		
CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS		
CUSTO DE SERVIÇOS PRESTADOS		
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.769.943,13	2.509.739,65
PREMIAÇÕES	12.091,39	10.638,65
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES		
INCENTIVOS		252.000,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		
PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES		
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES		222.812,73
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.757.851,74	2.024.288,27
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	20.337.577,89	10.458.207,30
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	12.992.592,74	17.076.023,11
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	3.602.216,77	3.360.089,37
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	4.886.619,31	5.883.993,81
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		8.130,00
SERGIO MENEGUELLI SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS GIOVANNA MARIA SERAFINI GOMES SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS LORENA CARLA OLIVEIRA HUNGARA DE LIMA CONTADORA CRC-ES 016274/O-6		



NOTAS EXPLICATIVAS

Créditos Tributários a Receber

Os créditos tributários decorrem de valores a receber de IPTU em que o Município consegue mensurar com segurança os valores devidos pelos contribuintes.

Perdas Estimadas para impostos;

Para a constituição da provisão foi utilizada a metodologia baseada no Histórico de Recebimentos Passados (últimos 3 anos), em observância ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos.

Perdas Estimadas em Créditos de Dívida Ativa - Impostos

Para a constituição da provisão foi utilizada a metodologia baseada no Histórico de Recebimentos Passados (últimos 3 anos), em observância ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos.

Estoques

Os estoques foram mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição/produção/construção.

Imobilizado

O ativo imobilizado foi reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção.

Os bens estão em fase de reavaliação; onde os bens móveis encontram-se em fase final e os imóveis na fase inicial da mesma.

Durante o exercício de 2018 foi feita a conciliação dos saldos do Imobilizado entre os sistemas Contábil e de Patrimônio.



MUNICÍPIO DE COLATINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA
ESPIRITO SANTO
27.165.729/0001-74
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DMPL - EXERCÍCIO DE 2018

ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social/ Capital Social	Adiant. Futuro Aumento Capital	Reserva de Capital	Ajsutes Avaliação Patrimonial	Reserva de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial Ex. Anterior							178.713.467,82		178.713.467,82
Ajustes de Exercícios Anteriores							(106.375,57)		(106.375,57)
Aumento de Capital									
Resultado do Exercício							10.458.207,30		10.458.207,30
Constituição/Reversão de Reservas									
Dividendos									
Saldo Final Ex. Anterior							189.065.299,55		189.065.299,55
Saldo Inicial Ex. Atual							189.065.299,55		189.065.299,55
Ajustes de Exercícios Anteriores							25.883.536,01		25.883.536,01
Aumento de Capital									
Resultado do Exercício							20.337.577,89		20.337.577,89
Constituição/Reversão de Reservas									
Dividendos									
Saldo Final Ex. Atual							235.286.413,45		235.286.413,45



MUNICÍPIO DE COLATINA
CONSOLIDADO
ESPIRITO SANTO
27.165.729/0001-74

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS REALIZADAS COM EDUCAÇÃO POR FONTE DE RECURSO
EXERCÍCIO DE 2018

Fonte de Recurso	Função	Subfunção	Vlr Empenhado	Vlr Liquidado	Vlr Pago
11010000001 - MDE - Art.11 Inciso V da Lei 9394/96 c/c Art. 212 da CF/88	12 - Educação	122 - Administração Geral	1.995.237,47	1.981.343,63	1.957.941,58
11010000001 - MDE - Art.11 Inciso V da Lei 9394/96 c/c Art. 212 da CF/88	12 - Educação	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	410.245,73	358.689,61	358.309,61
11010000001 - MDE - Art.11 Inciso V da Lei 9394/96 c/c Art. 212 da CF/88	12 - Educação	361 - Ensino Fundamental	12.483.256,24	11.745.029,64	11.740.179,51
11010000001 - MDE - Art.11 Inciso V da Lei 9394/96 c/c Art. 212 da CF/88	12 - Educação	362 - Ensino Médio	0,00	0,00	0,00
11010000001 - MDE - Art.11 Inciso V da Lei 9394/96 c/c Art. 212 da CF/88	12 - Educação	365 - Educação Infantil	6.520.915,91	6.076.026,78	6.075.807,19
11010000001 - MDE - Art.11 Inciso V da Lei 9394/96 c/c Art. 212 da CF/88	12 - Educação	367 - Educação Especial	140,00	140,00	140,00
11010000001 - MDE - Art.11 Inciso V da Lei 9394/96 c/c Art. 212 da CF/88	12 - Educação	368 - Educação Básica	5.201.128,72	5.133.087,20	4.928.340,02
Total da Fonte de Recurso			26.610.924,07	25.294.316,86	25.060.717,91

Contas Bancárias da Fonte de Recurso 11010000001 - MDE - Art.11 Inciso V da Lei 9394/96 c/c Art. 212 da CF/88

Banco	Agência	Conta Bancária	Saldo
001 - Banco do Brasil S/A	0112-0 - Agência Nº 0112-0	36.902-0 - MDE BANCO DO BRASIL SA	590.595,61
021 - Banestes	0117 - Agência Nº 0117	12.770.046 - MDE BANESTES SA	2.627.888,06
104 - Caixa Econômica Federal	0172 - Agência Nº 0172	29-4 - MDE CEF	50.309,10
Total			3.268.792,77

Fonte de Recurso	Função	Subfunção	Vlr Empenhado	Vlr Liquidado	Vlr Pago
11020000001 - Fundeb 40% - Outras Despesas	12 - Educação	122 - Administração Geral	2.149.420,96	2.149.383,04	2.109.318,12
11020000001 - Fundeb 40% - Outras Despesas	12 - Educação	361 - Ensino Fundamental	2.573.393,04	2.570.619,40	2.476.147,36
11020000001 - Fundeb 40% - Outras Despesas	12 - Educação	365 - Educação Infantil	1.408.683,01	1.408.683,01	1.350.399,05
11020000001 - Fundeb 40% - Outras Despesas	12 - Educação	367 - Educação Especial	803.297,98	803.297,98	786.680,41
Total da Fonte de Recurso			6.934.794,99	6.931.983,43	6.722.544,94

Fonte de Recurso	Função	Subfunção	Vlr Empenhado	Vlr Liquidado	Vlr Pago
11030000001 - Fundeb 60% - Profissionais do Magistério	12 - Educação	361 - Ensino Fundamental	28.712.122,24	28.657.113,09	28.146.864,35
11030000001 - Fundeb 60% - Profissionais do Magistério	12 - Educação	365 - Educação Infantil	17.915.894,30	17.913.716,15	17.611.493,83
Total da Fonte de Recurso			46.628.016,54	46.570.829,24	45.758.358,18

Contas Bancárias da Fonte de Recurso 11030000001 - Fundeb 60% - Profissionais do Magistério

Banco	Agência	Conta Bancária	Saldo
001 - Banco do Brasil S/A	0112-0 - Agência Nº 0112-0	10.713-1 - PMC/13º SALARIO SEMEC	9.039,76
001 - Banco do Brasil S/A	0112-0 - Agência Nº 0112-0	34.213-0 - FUNDEB	0,00
001 - Banco do Brasil S/A	0112-0 - Agência Nº 0112-0	74.705-X - FUNDEB - FME FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - B.BRASIL	2.402.492,55
021 - Banestes	0117 - Agência Nº 0117	12.261.483 - FUNDEB Banestes	299,34
021 - Banestes	0117 - Agência Nº 0117	29.034.055 - FUNDEB - FME FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - BANESTES	216.245,69



MUNICÍPIO DE COLATINA
CONSOLIDADO
ESPIRITO SANTO
27.165.729/0001-74
DEMONSTRATIVO DE DESPESAS REALIZADAS COM EDUCAÇÃO POR FONTE DE RECURSO
EXERCÍCIO DE 2018

104 - Caixa Econômica Federal	0172 - Agência Nº 0172	71.007-0 - FUNDEB - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CEF				139.631,36
					Total	2.767.708,70
Fonte de Recurso		Função	Subfunção	Vlr Empenhado	Vlr Liquidado	Vlr Pago
11060000001 - Remuneração de Depósitos Bancários - FUNDEB 60%		12 - Educação	365 - Educação Infantil	25.000,00	25.000,00	25.000,00
Total da Fonte de Recurso				25.000,00	25.000,00	25.000,00
Fonte de Recurso		Função	Subfunção	Vlr Empenhado	Vlr Liquidado	Vlr Pago
11070000002 - Alimentação Escolar - PNAE Fundo Mais Educação		12 - Educação	306 - Alimentação e Nutrição	100.000,00	93.607,89	93.607,89
Total da Fonte de Recurso				100.000,00	93.607,89	93.607,89
Fonte de Recurso		Função	Subfunção	Vlr Empenhado	Vlr Liquidado	Vlr Pago
11070000003 - Alimentação Escolar - PNAE Creche (PNACN)		12 - Educação	306 - Alimentação e Nutrição	519.300,63	501.402,71	501.402,71
Total da Fonte de Recurso				519.300,63	501.402,71	501.402,71
Contas Bancárias da Fonte de Recurso 11070000003 - Alimentação Escolar - PNAE Creche (PNACN)						
Banco	Agência	Conta Bancária				Saldo
001 - Banco do Brasil S/A	0112-0 - Agência Nº 0112-0	42.746-2 - MERENDA - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR				93.297,67
					Total	93.297,67
Fonte de Recurso		Função	Subfunção	Vlr Empenhado	Vlr Liquidado	Vlr Pago
11070000004 - Alimentação Escolar - PNAE Fundamental (PNAFN)		12 - Educação	306 - Alimentação e Nutrição	725.990,59	705.535,83	705.535,83
Total da Fonte de Recurso				725.990,59	705.535,83	705.535,83
Fonte de Recurso		Função	Subfunção	Vlr Empenhado	Vlr Liquidado	Vlr Pago
11070000005 - Alimentação Escolar - PNAP Pré Escola (PNAPN)		12 - Educação	306 - Alimentação e Nutrição	235.853,47	229.461,36	229.461,36
Total da Fonte de Recurso				235.853,47	229.461,36	229.461,36
Fonte de Recurso		Função	Subfunção	Vlr Empenhado	Vlr Liquidado	Vlr Pago
11070000008 - Transporte Escolar - Transferência PNATE Educação Infantil		12 - Educação	368 - Educação Básica	21.500,00	21.500,00	21.500,00
Total da Fonte de Recurso				21.500,00	21.500,00	21.500,00
Contas Bancárias da Fonte de Recurso 11070000008 - Transporte Escolar - Transferência PNATE Educação Infantil						
Banco	Agência	Conta Bancária				Saldo
001 - Banco do Brasil S/A	0112-0 - Agência Nº 0112-0	22.689-0 - PNATE - PROG. NACIONAL DE APOIO AO TRANSP. ESCOLAR				384,32
					Total	384,32
Fonte de Recurso		Função	Subfunção	Vlr Empenhado	Vlr Liquidado	Vlr Pago
11070000009 - Transporte Escolar - Transferência PNATE Ensino Médio		12 - Educação	362 - Ensino Médio	35.499,00	35.499,00	35.499,00
Total da Fonte de Recurso				35.499,00	35.499,00	35.499,00
Fonte de Recurso		Função	Subfunção	Vlr Empenhado	Vlr Liquidado	Vlr Pago



MUNICÍPIO DE COLATINA
CONSOLIDADO
ESPIRITO SANTO
27.165.729/0001-74
DEMONSTRATIVO DE DESPESAS REALIZADAS COM EDUCAÇÃO POR FONTE DE RECURSO
EXERCÍCIO DE 2018

11070000010 - Transporte Escolar - Transferência PNATE Ensino Fundamental		12 - Educação	368 - Educação Básica	190.670,00	190.670,00	190.670,00
Total da Fonte de Recurso				190.670,00	190.670,00	190.670,00
Fonte de Recurso		Função	Subfunção	Vlr Empenhado	Vlr Liquidado	Vlr Pago
11070000023 - Alimentação Escolar - PNAE Atendimento Educacional Especializa		12 - Educação	306 - Alimentação e Nutrição	29.655,72	29.655,72	29.655,72
Total da Fonte de Recurso				29.655,72	29.655,72	29.655,72
Fonte de Recurso		Função	Subfunção	Vlr Empenhado	Vlr Liquidado	Vlr Pago
11070000028 - Transferências do Programa Brasil Carinhoso		12 - Educação	365 - Educação Infantil	60.808,94	38.789,02	38.789,02
11070000028 - Transferências do Programa Brasil Carinhoso		28 - Encargos Especiais	846 - Outros Encargos Especiais	29,39	29,39	0,00
Total da Fonte de Recurso				60.838,33	38.818,41	38.789,02
Contas Bancárias da Fonte de Recurso 11070000028 - Transferências do Programa Brasil Carinhoso						
Banco	Agência	Conta Bancária				Saldo
001 - Banco do Brasil S/A	0112-0 - Agência Nº 0112-0	64.925-2 - PROGRAMA BRASIL CARINHOSO				23.308,15
Total						23.308,15
Fonte de Recurso		Função	Subfunção	Vlr Empenhado	Vlr Liquidado	Vlr Pago
11070000030 - TRANSFERENCIAS MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFAN		12 - Educação	365 - Educação Infantil	11.530,81	5.787,21	5.787,21
Total da Fonte de Recurso				11.530,81	5.787,21	5.787,21
Contas Bancárias da Fonte de Recurso 11070000030 - TRANSFERENCIAS MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - NOVOS ESTABELECIMENTOS						
Banco	Agência	Conta Bancária				Saldo
001 - Banco do Brasil S/A	0112-0 - Agência Nº 0112-0	71025-3 - MANUTENÇÃO ED. INFANTIL - NOVOS ESTABELECIMENTOS				241.602,05
Total						241.602,05
Fonte de Recurso		Função	Subfunção	Vlr Empenhado	Vlr Liquidado	Vlr Pago
11070000032 - Tranferencia FNDE - Apoio ao Custeio da Educação		12 - Educação	361 - Ensino Fundamental	272.389,59	236.749,58	236.749,58
Total da Fonte de Recurso				272.389,59	236.749,58	236.749,58
Contas Bancárias da Fonte de Recurso 11070000032 - Tranferencia FNDE - Apoio ao Custeio da Educação						
Banco	Agência	Conta Bancária				Saldo
001 - Banco do Brasil S/A	0112-0 - Agência Nº 0112-0	74.427-1 - TRANSFERÊNCIA FNDE - APOIO AO CUSTEIO DA EDUCAÇÃO-FPM				45.946,56
Total						45.946,56
Fonte de Recurso		Função	Subfunção	Vlr Empenhado	Vlr Liquidado	Vlr Pago
11070000996 - FNDE/PNAE - Alimentação Escolar (PNAE) - Rendimentos Bancá		12 - Educação	306 - Alimentação e Nutrição	37.988,19	37.988,19	37.988,19
Total da Fonte de Recurso				37.988,19	37.988,19	37.988,19
Fonte de Recurso		Função	Subfunção	Vlr Empenhado	Vlr Liquidado	Vlr Pago
11080014014 - TERMO DE COMPROMISSO PAR 201802980-6		12 - Educação	361 - Ensino Fundamental	228.526,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE COLATINA
CONSOLIDADO
ESPIRITO SANTO
27.165.729/0001-74
DEMONSTRATIVO DE DESPESAS REALIZADAS COM EDUCAÇÃO POR FONTE DE RECURSO
EXERCÍCIO DE 2018

Total da Fonte de Recurso			228.526,00	0,00	0,00	
Contas Bancárias da Fonte de Recurso 11080014014 - TERMO DE COMPROMISSO PAR 201802980-6						
Banco	Agência	Conta Bancária			Saldo	
001 - Banco do Brasil S/A	0112-0 - Agência Nº 0112-0	73.673-2 - TERMO DE COMPROMISSO PAR 201802980-6 - MOBILIÁRIO ESCOLAS MUNICIPAIS			228.966,75	
Total					228.966,75	
Fonte de Recurso		Função	Subfunção	Vlr Empenhado	Vlr Liquidado	Vlr Pago
11190000000 - Salário Educacao		12 - Educação	122 - Administração Geral	447.776,78	361.006,73	342.602,55
11190000000 - Salário Educacao		12 - Educação	306 - Alimentação e Nutrição	124.110,00	124.110,00	124.110,00
11190000000 - Salário Educacao		12 - Educação	361 - Ensino Fundamental	2.062.283,25	1.813.065,29	1.796.943,67
11190000000 - Salário Educacao		12 - Educação	365 - Educação Infantil	945.644,72	838.894,24	831.333,72
11190000000 - Salário Educacao		12 - Educação	367 - Educação Especial	16.572,51	14.786,49	14.786,49
11190000000 - Salário Educacao		12 - Educação	368 - Educação Básica	304.374,80	304.374,80	304.374,80
Total da Fonte de Recurso				3.900.762,06	3.456.237,55	3.414.151,23
Contas Bancárias da Fonte de Recurso 11190000000 - Salário Educacao						
Banco	Agência	Conta Bancária			Saldo	
001 - Banco do Brasil S/A	0112-0 - Agência Nº 0112-0	21.710-7 - FNDE - SALARIO EDUCAÇÃO			39.200,67	
104 - Caixa Econômica Federal	0172 - Agência Nº 0172	672.014-0 - FNDE - Salário Educação			796.728,38	
Total					835.929,05	
Fonte de Recurso		Função	Subfunção	Vlr Empenhado	Vlr Liquidado	Vlr Pago
11990000001 - PETE/ES - Programa Estadual do Transporte Escolar		12 - Educação	362 - Ensino Médio	2.077.544,83	2.077.544,83	2.077.544,83
Total da Fonte de Recurso				2.077.544,83	2.077.544,83	2.077.544,83
Contas Bancárias da Fonte de Recurso 11990000001 - PETE/ES - Programa Estadual do Transporte Escolar						
Banco	Agência	Conta Bancária			Saldo	
021 - Banestes	0117 - Agência Nº 0117	22.874.309 - PETE/ES - Programa Estadual do Transporte Escolar			129.232,95	
Total					129.232,95	
Total Geral				88.646.784,82	86.482.587,81	85.184.963,60



MUNICÍPIO DE COLATINA
CONSOLIDADO
ESPIRITO SANTO
27.165.729/0001-74
DEMONSTRATIVO DE DESPESAS REALIZADAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE POR FONTE DE RECURSO
EXERCÍCIO DE 2018

Fonte de Recurso	Função	Subfunção	Vlr Empenhado	Vlr Liquidado	Vlr Pago
12010000001 - Recursos Próprios - Saúde	10 - Saúde	122 - Administração Geral	7.005.849,84	6.746.142,31	6.662.243,77
12010000001 - Recursos Próprios - Saúde	10 - Saúde	301 - Atenção Básica	11.384.979,39	11.162.721,69	10.989.386,93
12010000001 - Recursos Próprios - Saúde	10 - Saúde	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.567.388,93	7.420.884,93	7.228.650,02
12010000001 - Recursos Próprios - Saúde	10 - Saúde	303 - Suporte Profilático e Terapêutico	285.313,61	276.446,96	276.446,96
12010000001 - Recursos Próprios - Saúde	10 - Saúde	304 - Vigilância Sanitária	770.447,48	731.218,09	722.629,46
12010000001 - Recursos Próprios - Saúde	10 - Saúde	305 - Vigilância Epidemiológica	2.392.822,25	2.293.754,81	2.234.602,88
Total da Fonte de Recurso			29.406.801,50	28.631.168,79	28.113.960,02

Contas Bancárias da Fonte de Recurso 12010000001 - Recursos Próprios - Saúde

Banco	Agência	Conta Bancária	Saldo
000 - DESCONTOS	9999-9 - Agência Nº 9999-9	CAIXA - CAIXA	0,00
001 - Banco do Brasil S/A	0112-0 - Agência Nº 0112-0	56.471-0 - FMS COLATINA - FUS/PMC EC/29	115.371,60
021 - Banestes	0117 - Agência Nº 0117	21.019.732 - FMSAUDE COLATINA MOVIMENTO	202.147,90
021 - Banestes	0117 - Agência Nº 0117	23.776.461 - FMS/APAE - RESTITUIÇÃO	1.214.469,80
104 - Caixa Econômica Federal	0172 - Agência Nº 0172	0174-6 - FMS COLATINA CONTA MOVIMENTO	189.226,12
Total			1.721.215,42

Fonte de Recurso	Função	Subfunção	Vlr Empenhado	Vlr Liquidado	Vlr Pago
12030000401 - SAÚDE - Qualificação da Gestão do SUS	10 - Saúde	128 - Formação de Recursos Humanos	57.948,60	0,00	0,00
Total da Fonte de Recurso			57.948,60	0,00	0,00

Fonte de Recurso	Função	Subfunção	Vlr Empenhado	Vlr Liquidado	Vlr Pago
12030000900 - SAÚDE - FNS - Bloco Atenção Básica em Saúde	10 - Saúde	301 - Atenção Básica	10.629.879,62	10.457.105,17	10.452.332,83
12030000900 - SAÚDE - FNS - Bloco Atenção Básica em Saúde	10 - Saúde	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	76.987,85	47.187,63	47.187,63
Total da Fonte de Recurso			10.706.867,47	10.504.292,80	10.499.520,46

Fonte de Recurso	Função	Subfunção	Vlr Empenhado	Vlr Liquidado	Vlr Pago
12030000901 - SAÚDE - FNS - Bloco Média e Alta Complexidade	10 - Saúde	122 - Administração Geral	286.253,59	286.253,59	286.253,59
12030000901 - SAÚDE - FNS - Bloco Média e Alta Complexidade	10 - Saúde	301 - Atenção Básica	139.332,15	108.582,15	108.582,15
12030000901 - SAÚDE - FNS - Bloco Média e Alta Complexidade	10 - Saúde	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	51.246.677,80	47.626.706,93	47.598.311,00
12030000901 - SAÚDE - FNS - Bloco Média e Alta Complexidade	10 - Saúde	303 - Suporte Profilático e Terapêutico	325.516,27	237.316,93	237.316,93
12030000901 - SAÚDE - FNS - Bloco Média e Alta Complexidade	10 - Saúde	304 - Vigilância Sanitária	1.021.252,72	915.679,48	848.270,38
Total da Fonte de Recurso			53.019.032,53	49.174.539,08	49.078.734,05

Contas Bancárias da Fonte de Recurso 12030000901 - SAÚDE - FNS - Bloco Média e Alta Complexidade

Banco	Agência	Conta Bancária	Saldo
-------	---------	----------------	-------



MUNICÍPIO DE COLATINA
CONSOLIDADO
ESPIRITO SANTO
27.165.729/0001-74
DEMONSTRATIVO DE DESPESAS REALIZADAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE POR FONTE DE RECURSO
EXERCÍCIO DE 2018

104 - Caixa Econômica Federal	0172 - Agência Nº 0172	624.055-6 - FMS COLATINA FNS CT SUS CUSTEIOSUS				6.619.904,73
					Total	6.619.904,73
Fonte de Recurso		Função	Subfunção	Vlr Empenhado	Vlr Liquidado	Vlr Pago
12030000902 - SAÚDE - FNS - Bloco Assistencia Farmacêutica		10 - Saúde	303 - Suporte Profilático e Terapêutico	1.039.417,24	1.029.404,44	1.029.404,44
Total da Fonte de Recurso				1.039.417,24	1.029.404,44	1.029.404,44
Fonte de Recurso		Função	Subfunção	Vlr Empenhado	Vlr Liquidado	Vlr Pago
12030000903 - SAÚDE - FNS - Bloco Vigilância em Saúde		10 - Saúde	304 - Vigilância Sanitária	132.832,65	104.488,04	104.488,04
12030000903 - SAÚDE - FNS - Bloco Vigilância em Saúde		10 - Saúde	305 - Vigilância Epidemiológica	1.728.215,19	1.600.979,53	1.600.581,12
Total da Fonte de Recurso				1.861.047,84	1.705.467,57	1.705.069,16
Fonte de Recurso		Função	Subfunção	Vlr Empenhado	Vlr Liquidado	Vlr Pago
12030000904 - SAÚDE - FNS - Bloco Gestão do SUS		10 - Saúde	306 - Alimentação e Nutrição	3.863,24	0,00	0,00
Total da Fonte de Recurso				3.863,24	0,00	0,00
Fonte de Recurso		Função	Subfunção	Vlr Empenhado	Vlr Liquidado	Vlr Pago
12030000905 - SAÚDE - FNS - Bloco Investimento em Saúde		10 - Saúde	301 - Atenção Básica	481.358,31	145.009,51	145.009,51
Total da Fonte de Recurso				481.358,31	145.009,51	145.009,51
Contas Bancárias da Fonte de Recurso 12030000905 - SAÚDE - FNS - Bloco Investimento em Saúde						
Banco	Agência	Conta Bancária				Saldo
104 - Caixa Econômica Federal	0172 - Agência Nº 0172	624.056-4 - FMS COLATINA FNS INV SUS INVESTSUS				2.056.644,86
					Total	2.056.644,86
Fonte de Recurso		Função	Subfunção	Vlr Empenhado	Vlr Liquidado	Vlr Pago
12990000002 - Outras Receitas Orçamentárias		10 - Saúde	301 - Atenção Básica	41.375,99	41.375,99	41.375,99
Total da Fonte de Recurso				41.375,99	41.375,99	41.375,99
Fonte de Recurso		Função	Subfunção	Vlr Empenhado	Vlr Liquidado	Vlr Pago
12990000102 - SAÚDE - Básico da Assistência Farmacêutica Estadual		10 - Saúde	303 - Suporte Profilático e Terapêutico	251.140,92	251.140,92	251.140,92
Total da Fonte de Recurso				251.140,92	251.140,92	251.140,92
Total Geral				96.868.853,64	91.482.399,10	90.864.214,55

RELATÓRIO DE GESTÃO

2018

CONTAS DO PREFEITO

A - RELGES

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA

Sergio Meneguelli

Prefeito

1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

1.1 ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

A proposta orçamentária para o exercício de 2018 foi elaborada de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 6415 de 16/06/2017 bem como, baseada nas disposições do Plano Plurianual referente ao período de 2018 a 2021, aprovado pela Lei nº 6.456 de 23/11/2017 e alterado pela Lei nº 6.528 de 11/09/2018.

1.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Receita Total do município foi orçada no valor de R\$ 348.586.000,00 (trezentos e quarenta e oito milhões, quinhentos e oitenta e seis mil reais), sendo R\$ 330.353.000,00 (trezentos e trinta milhões, trezentos e cinquenta e três mil reais) referentes a Receitas Correntes, R\$ 17.533.00,00 (dezessete milhões, quinhentos e trinta e três mil reais) referentes a Receitas de Capital e R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) referente a Receitas Intraorçamentárias. Como dedução para o FUNDEB o valor de R\$ 21.586.000,00 (vinte e um milhões e quinhentos e oitenta e seis mil reais).

Do total orçado, arrecadou-se R\$ 358.728.786,54 (trezentos e cinquenta e oito milhões, setecentos e vinte e oito mil, setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), dos quais R\$ 343.410.336,85 (trezentos e quarenta e três milhões, quatrocentos e dez mil, trezentos e trinta e seis reais e oitenta e cinco centavos) foram de Receitas Correntes, R\$ 14.527.560,48 (quatorze milhões, quinhentos e vinte e sete mil, quinhentos e sessenta reais e quarenta e oito

centavos) de Receitas de Capital e R\$ 790.889,21 (setecentos e noventa mil, oitocentos e oitenta e nove reais e vinte e um centavos) de Receitas Intraorçamentárias. Como dedução do FUNDEB registrou-se o valor de R\$ 22.318.614,19 (vinte e dois milhões, trezentos e dezoito mil, seiscentos e quatorze reais e dezenove centavos).

Assim, do total orçado, arrecadou-se 102,90%. Quanto às Receitas Correntes o valor arrecadado atingiu a 103,95% do valor orçado; quanto às Receitas de Capital a arrecadação correspondeu a 82,85% do valor orçado.

No que tange às despesas, o valor orçado total foi de R\$ 327.000.000,00 (trezentos e vinte sete milhões de reais), sendo R\$ 300.540.500,00 (trezentos milhões, quinhentos e quarenta mil e quinhentos reais) destinados a Despesas Correntes, R\$ 25.909.500,00 (vinte e cinco milhões, novecentos e nove mil e quinhentos reais) a Despesas de Capital e R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais) à Reserva de Contingência.

Após a inserção dos créditos adicionais e das movimentações orçamentárias, o orçamento apresentou-se com um montante atualizado de R\$ 378.074.396,20 (trezentos e setenta e oito milhões, setenta e quatro mil, trezentos e noventa e seis reais e vinte centavos).

O valor empenhado no ano de 2018 foi de R\$ 334.733.335,33 (trezentos e trinta e quatro milhões, setecentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e cinco reais e trinta e três centavos). Deste total, foram liquidados R\$ 312.863.002,99 (trezentos e doze milhões, oitocentos e sessenta e três mil, dois reais e noventa e nove centavos) e pagos R\$ 309.113.823,79 (trezentos e nove milhões, cento e treze mil, oitocentos e vinte e três reais e setenta e nove centavos).

2 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Em relação aos limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o município atendeu a todos adequadamente.

* **Despesas com Educação:** Apurou-se que, do percentual mínimo de 60% a ser aplicado na remuneração dos profissionais do magistério, o município aplicou 84,52%. Quanto ao percentual mínimo de 25% das receitas resultantes de impostos a serem aplicados em ações típicas de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, empregou-se um total de 29,24%.

* **Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde:** Do percentual de 15% sobre a receita de impostos líquida e transferências constitucionais e legais a ser aplicado em Ações e Serviços Públicos de Saúde, aplicou-se um percentual de 19,20%.

* **Despesas com Pessoal:** O valor total empregado em despesas com pessoal relativas ao Poder Executivo correspondeu a 46,99% da Receita Corrente Líquida arrecadada, tendo ficado abaixo do limite máximo de 54%, bem como do limite prudencial de 51,30%.

* **Dívida Consolidada:** O percentual da Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida foi de 0,70%, respeitando o limite definido por resolução do Senado Federal de 120%.

* **Operações de Crédito:** O limite de 16% definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas foi cumprido, uma vez que o percentual de Operações de Crédito Internas e Externas representou apenas 1,52% da Receita Corrente Líquida.

* **Transferências para o Poder Legislativo:** O montante dos duodécimos transferidos à Câmara Municipal no exercício de 2018 correspondeu a 5,17% do valor arrecadado em 2018 das receitas que servem de base para a transferência, respeitando o limite de 6%, conforme previsto no inciso II do artigo 29-A da Constituição Federal.

3 CUMPRIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS NA LDO

Quanto às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, nem todas foram atingidas:

* **Receita Total:** A meta estabelecida foi de R\$ 320.500.000,00. Uma vez que o valor arrecadado foi de R\$ 358.728.786,54, o município atingiu a meta.

* **Despesa Total:** Foi definida uma meta de R\$ 320.500.000,00. O valor executado foi de R\$ 312.863.002,99.

* **Receita Primária:** A meta estabelecida foi de R\$ 309.500.000,00. Tendo em vista que o valor arrecadado foi de R\$ 329.385.216,23 o município atingiu a meta.

* **Despesa Primária:** Determinou-se uma meta de R\$ 319.000.000,00. O valor executado foi de R\$ 297.142.436,15.

* **Resultado Primário:** A meta estabelecida foi de (R\$ 9.500.000,00) e o resultado apurado foi de R\$ 16.457.260,14

* **Resultado Nominal:** Foi definida uma meta de R\$ 4.900.000,00. Tendo em vista que o resultado apurado foi de (R\$ 9.391.110,34), o município atingiu a meta.

* **Dívida Pública Consolidada:** A meta estabelecida foi de R\$ 55.300.000,00. O valor apurado foi de R\$ 59.403.118,76, de modo que o município não atingiu a meta.

* **Dívida Consolidada Líquida:** Determinou-se uma meta de R\$ 19.700.000,00 e o valor executado foi de R\$ (2.258.928,31).

4 O REFLEXO DA RENÚNCIA DE RECEITAS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO, CONSIDERANDO, INCLUSIVE, O REFLEXO NAS CONTAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.

Isenções em 2018:

Lei complementar 12/1994; Lei Complementar 030/2004; Lei Municipal 5420/2008

Total aproximado de IPTU – em casos de isenção e cancelados no ano de 2018: valor de R\$ 593.642,94; conforme relatórios do Sistema Tributário E&L.

Total aproximado de TLLF 2018 - em casos de isenção para microempresas: valor de R\$ 42.409,63; conforme relatórios do Sistema Tributário E&L.

Lei 4.686 de 08 de maio de 2001 com alterações da Lei 4.715/2001 – Estímulos Fiscais econômicos:

Em 2018 houve os seguintes decretos:

Decreto Nº 21.882, De 20 De Junho De 2018. Concede incentivos econômicos e estímulos fiscais à empresa **CENTRO COMERCIAL BOULEVARD SÃO SILVANO LTDA-EPP**;

Decreto Nº 21.050 de 2018. Concede incentivos econômicos e estímulos fiscais à empresa **UNIÃO ELETROMECÂNICA – EIRELI**

Decreto 20.868/2017 que prorroga prazo de adesão ao ‘REFIS COLATINA’, Lei 6640/2017

. TOTAL de R\$ 93.747,48

5 A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO PARA A RENÚNCIA DE RECEITAS

Ações previstas na LDO:

Em 2018 um montante de R\$ 1.496.600,83 sofreu Ação Judicial de Execução Fiscal.

Em 2018 um montante de R\$ 330.440,75 foi Protestado em Cartório. Lei Nº 89, de 03 de abril de 2018

No que tange à emergencial necessidade de atualização da Planta Genérica de Valores (PGV) de Colatina, importante destacar que Administração Fazendária no de 2017 elaborou nova proposta, submetendo o projeto de Lei 99/2017 à apreciação da Câmara Municipal, mas que até o momento não foi posto em votação. Ainda assim, devido à necessidade de se proceder ajustes mínimos na Planta Genérica Vigente, realizamos, através do decreto nº 22.416/2018, a conversão e atualização monetária dos valores de metro quadrado de terreno e de construção, constantes dos anexos da Lei Complementar 12/94.

O setor de Cadastro Imobiliário em conjunto ao setor da Regularização Fundiária possibilitou o lançamento e a atualização cadastral de inúmeros imóveis nos bairros Ayrton Senna e Olívio Zanoteli. Foram atualizados no cadastro municipal mais de 1.500 imóveis e seus respectivos sujeitos passivos.

Ainda existem processos de regularização fundiária em tramitação, o que deve aumentar esse quantitativo. A expectativa para 2019 é de se realizar o dobro de atualizações, em relação ao ano de 2018.

Há previsão de que ainda este ano seja implementado o ITBI Online.

6 A INSCRIÇÃO, A BAIXA E OS PAGAMENTOS DE PRECATÓRIOS

Convém também informar que os Precatórios Trabalhistas de 2018 somaram a importância de R\$ 3.174.040,13 (três milhões, cento e setenta e quatro mil, quarenta reais e treze centavos), sendo este valor dividido em 8 parcelas com vencimentos entre os meses de novembro/2018 a junho/2019. Quanto aos Precatórios pagos na Justiça Estadual somaram o valor de R\$ 2.136.723,94 (dois milhões, cento e trinta e seis mil, setecentos e vinte e três reais e noventa e quatro centavos), sendo que, deste valor R\$ 2.033.530,58 (dois milhões, trinta e três mil, quinhentos e trinta reais e cinquenta e oito centavos) foram pagos à EDP - Espírito Santo Distribuição de Energia S.A, em razão de ação movida pela empresa face o Município por ter ocupado área de sua propriedade para construção de conjunto habitacional sem a devida indenização.

7 O MONTANTE DOS GASTOS COM PUBLICIDADE

Informamos que o gasto com publicidade dos órgãos e entidades da Administração Pública no ano de 2018 foi de R\$158.010,72.

8 AS ESTRATÉGIAS OPERACIONAIS ADOTADAS PELA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO NO QUE SE REFERE A RECUPERAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

No ano de 2018 a Procuradoria Municipal emitiu parecer em mais de 1000 processos administrativos que tramitaram pelas vias administrativas, dentre eles, cita-se: minutas de contratos administrativos; requerimentos de reajuste, de reequilíbrio, de aditivo e de prorrogação de contratos administrativos, bem como se manifestou pela rescisão de alguns contratos inclusive com aplicação de multa; manifestou-se ainda em dispensas de procedimentos licitatórios; em recursos administrativos interpostos contra decisões proferidas no âmbito da Administração

Municipal; pedidos de licenças e de benefícios requeridos por servidores públicos municipais; infrações cometidas por servidores inclusive com abertura de procedimento administrativo disciplinar; requerimentos de terceiros que poderiam gerar encargos financeiros ao Município ou perda de receitas; prestou esclarecimentos a todos os Órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Ministério Público, dentre outros.

Outra atividade que vem sendo acompanhada pela Procuradoria Municipal é a cobrança de dívida ativa, com o parcelamento de débitos fiscais, encaminhando para protesto em caso de inadimplemento e propositura de Ação de Execução Fiscal.

Frisa-se, que em 2018 a Procuradoria atuou em duas Tomadas de Contas Especiais que apuraram responsabilidade em vista de prestação de contas insuficientes. Uma envolve o Colatina Sport Clube e se encontra concluída, onde houve ressarcimento de valores. A outra envolvendo a APAE e administradores, foi concluída e remetida ao Tribunal de Contas do Estado.

Também é relevante aduzir que a Procuradoria de carreira do Município tem acompanhado, em conjunto com a equipe da Secretaria Municipal de Finanças, a revisão da legislação tributária do Município a fim de adequá-la às novas regras do Código Tributário do Nacional. Parte desse trabalho está concluído com a legislação alterada em vigor.

9 O DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS MUNICIPAIS, DESTACANDO AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NO ÂMBITO DA FISCALIZAÇÃO DAS RECEITAS E COMBATE À SONEGAÇÃO, BEM COMO AS DEMAIS AÇÕES VOLTADAS PARA O INCREMENTO DAS RECEITAS DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

Visando a continuidade e a aplicação dos objetivos idealizados do ano de 2017, foi publicado o Decreto nº 22.049 de 2018 em que se Disciplina, no âmbito municipal, os procedimentos relativos ao Simples Nacional, no que se refere à fiscalização, ao indeferimento da opção, à exclusão de ofício do Simples Nacional e ao desenquadramento de ofício do SIMEI, bem como a regulamentação da cobrança do ISS de shows e eventos por meio do Decreto 22.415/2018.

Foi implementada rotina de verificação de dados cadastrais junto a Receita Federal, Simples Nacional, Junta Comercial, Cartório de Registro de Imóveis, Sanear, entre outros, a fim de refinar tanto a investigação de endereços de envio de notificações, quanto a exatidão de outras informações cadastrais da Prefeitura. De posse dessas informações foi criado um padrão de verificações a serem realizadas para aumentar a eficácia e a eficiência dos processos de notificação.

O setor de Cadastro Imobiliário em conjunto ao setor da Regularização Fundiária possibilitou o lançamento e a atualização cadastral de inúmeros imóveis nos bairros Ayrton Senna e Olívio Zanoteli. Foram atualizados no cadastro municipal mais de 1.500 imóveis e seus respectivos sujeitos passivos.

Conveniente mencionar que, comparativamente, 2017 foram identificadas em torno de 1430 novas constituições de empresa e regularização de profissionais autônomos, em contra partida, no ano de 2018 foram identificadas 1606 novas constituições. Ao que se deve as melhorias das ferramentas atualmente utilizadas para os procedimentos de registros, acarretando ainda menor evasão de contribuintes no que se refere a cadastramento e seus desdobramentos tributários.

Utilizando a experiência dos resultados do ano precedente, foram abertos 596 novos processos utilizando nova metodologia de cobrança. Foram usados os processos já existentes, fossem eles de cobrança, de parcelamento, de prescrição ou de baixa cadastral, buscando transformar processos diversos em processos de cobrança. Esse critério teve como objetivo a economia processual

Quanto à atualização e consolidação da legislação tributária, podemos apontar diversos progressos no ano de 2018

- 1 - Aprovação da Lei Complementar 96/2018 - que revisou e consolidou as taxas municipais, antes disciplinadas por diversas leis inadequadas;
- 2 - Aprovação do Decreto Nº 22.362/2018 que fixa os preços públicos a serem cobrados pela Administração Pública Municipal
- 3 - Aprovação do Decreto 21.754/2018 - que conferiu nova regulamentação aos alvarás de funcionamento, de forma moderna e totalmente compatível com as normas estaduais e federais;

4 - Restruturação do contencioso administrativo fiscal, por meio da aprovação do Decreto 21.833/2018;

5 - Aprovação do Decreto 22.049/2018, que disciplinou os procedimentos relativos ao simples nacional no âmbito municipal;

6 - Regulamentação da cobrança do ISS de shows e eventos por estimativa, por meio da aprovação do Decreto 22.415/2018;

Em conformidade com as diretrizes da PORTARIA Nº 040-R, de 05 de abril de 2018, o município de Colatina por meio do setor de Cadastro Econômico, implementou o uso da ferramenta Simplifica Espírito Santo.

Tal ferramenta objetiva à integração efetiva do processo dos dados de registro de pessoas jurídicas (apenas de cunho empresarial) entre a Receita Federal do Brasil e os diversos órgãos Estaduais e Municipais aderidos à REDESIM (estabelece ações e normas desburocratizantes), ou seja, por meio de apenas um ato/solicitação por parte contribuinte todos os órgão registrais competentes passam a ter condição de cadastrar, alterar, baixar empresas.

Além dos procedimentos registrais, na prática também é possível, por meio do sistema SIMPLIFICA/ES, obter resultado de consultas ao PDM, emissão de alvarás (provisórios ou definitivos) conforme o caso.

A utilização da referida ferramenta ainda possibilita:

Maior controle/ acompanhamento na legalização de empresários e de pessoas jurídicas no âmbito municipal;

Economia e celeridade dos procedimentos abrangidos pelo SIMPLIFICA/ES, tanto para o contribuinte quanto para a administração pública;

Redução da evasão cadastral, conseqüentemente atenuação às possibilidades à sonegação.

O município publicou a Portaria nº 03/2018 – Plano de Ações Fiscais, com as diretrizes de trabalho da Superintendência de Fiscalização Tributária para o acompanhamento, fiscalização e cobrança dos tributos municipais. A Portaria prevê

ações para o aumento da arrecadação de receitas próprias e de repasses como o ICMS e o IPVA, por exemplo.

Outra postura adotada pelo município foi a mudança na forma de constituição do crédito tributário de ISSQN, agora seguindo a jurisprudência, e sendo constituído a partir da emissão de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica. Essa mudança proporcionou celeridade na cobrança do tributo e tem gerado efetivas cobranças administrativas combinadas ao protesto em cartório.

Paralelamente, a fiscalização tributária foi reestruturada e setorizada. Novos fiscais de rendas foram nomeados através de concurso público e as superintendências tributárias da Secretaria Municipal da Fazenda agora conta com fiscais para fazer o trabalho direto no setor. Os novos servidores fazem parte da estratégia do município de integralizar as ações do departamento de tributos e especializar os servidores em áreas imobiliárias e mobiliárias.

Considerando-se que as ações implementadas foram executadas para fortalecer pontos fracos dos procedimentos adotados, e, ponderando-se ainda o resultado no aumento da arrecadação, pode-se inferir que as atividades desenvolvidas tiveram reflexo positivo para a arrecadação Municipal.

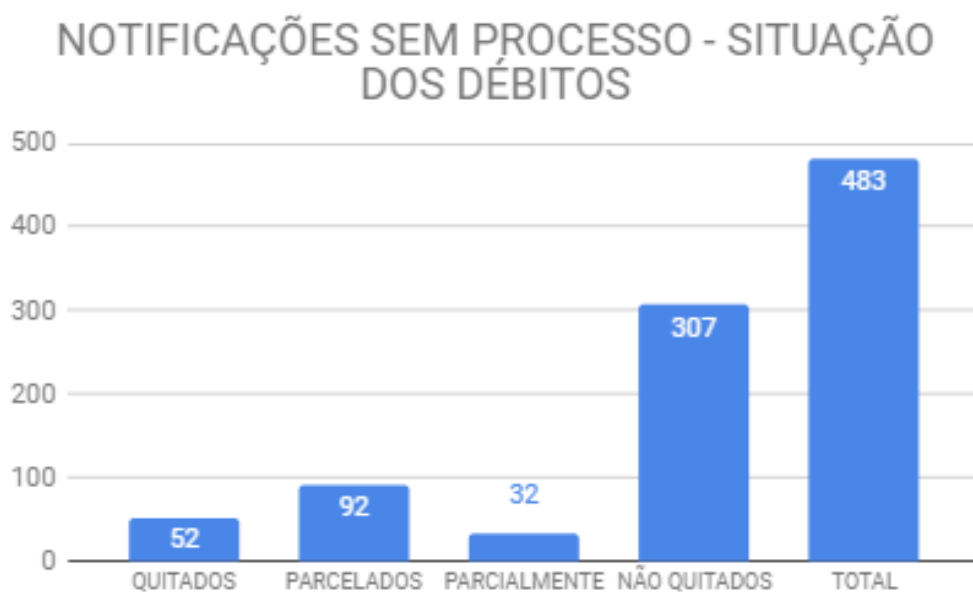
10 A POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO DOS CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA, BEM COMO, OS PROVISIONAMENTOS PARA PERDAS REGISTRADAS EM CONTAS DE AJUSTES DA DÍVIDA ATIVA

No ano de 2018 também foi posto em prática um sistema de notificação de débitos sem abertura prévia de processo de cobrança, dada a circunstância dos créditos inscritos em Dívida serem créditos definitivamente constituídos. O objetivo foi o de utilizar a celeridade das notificações para informar ao contribuinte os seus débitos junto à Prefeitura sem necessariamente ter que passar por toda a tramitação processual. Em adicional, criou-se um banco de dados de notificações, que podem ser utilizadas em futuros processos que forem abertos. O procedimento obteve os seguintes resultados:

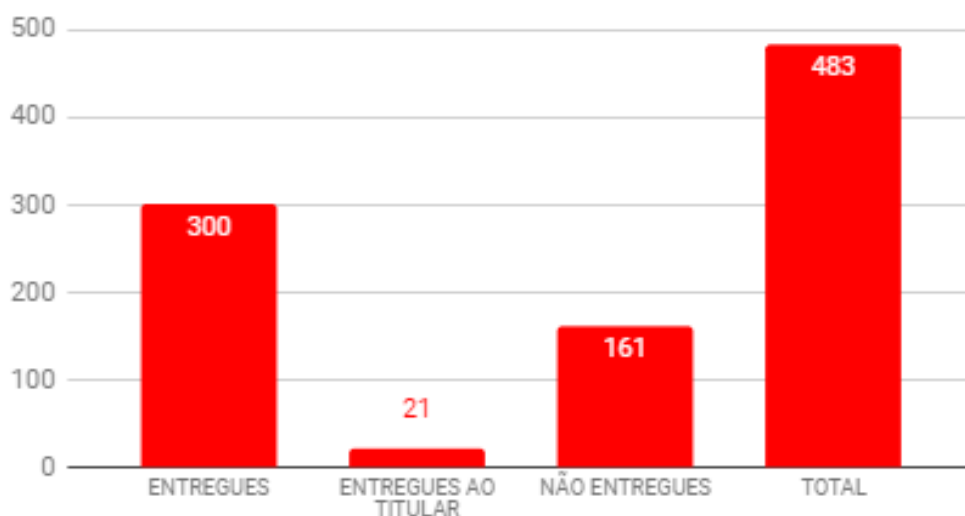
SITUAÇÃO DOS DÉBITOS		RECEBIMENTO DA NOTIFICAÇÃO	
QUITADOS	52	ENTREGUES	300
PARCELADOS	92	ENTREGUES AO TITULAR	21
PARCIALMENTE QUITADOS	32		
NÃO QUITADOS	307	NÃO ENTREGUES	161
TOTAL	483	TOTAL	483
SUCESSO¹	176 (36,43%)	SUCESSO²	321 (66,46%)

¹ Porcentagem de notificações em que o contribuinte regularizou, pelo menos parcialmente, os débitos

² Porcentagem de notificações que foram entregues ao contribuinte.



NOTIFICAÇÕES SEM PROCESSO - RECEBIMENTO



Podemos perceber que a utilização desta metodologia nos garante recuperação dos créditos tributários em cerca de 36,5% dos casos. Isso permite economia processual na mesma proporção, pois será necessária abertura de processo administrativo de cobrança apenas para os 63,5% restantes dos casos.

Até o momento não se conseguiu perceber grande alcance de publicidade das notificações por edital. Desta forma, utiliza-se desta ferramenta como última alternativa. Em 2018 foram notificados 89 contribuintes através de edital.

As ações de Notificação de Débitos, Protesto em Cartório, propositura de Ação de Execução Fiscal culminaram com o comparecimento do contribuinte à Prefeitura Municipal de Colatina, parcelando no ano de 2018 um total de R\$ 2.430.524,31.

Foi designada uma servidora específica para acompanhar os parcelamentos em atraso. Após a verificação de que o contribuinte encontra-se inadimplente, seus dados cadastrais são diligenciados no cadastro municipal e nas outras fontes citadas. Após, realiza-se contato telefônico com a intenção de encontrar uma forma de o contribuinte conseguir colocar seu parcelamento em dia evitando a necessidade de protesto e/ou ação de execução fiscal. Nas situações onde a negociação resta frustrada, é então realizado o protesto e/ou ação de execução fiscal dos débitos.

Total do montante **já parcelado anteriormente** que foi arrecadado em 2018, aproximadamente R\$ 1.688.000,00.

Considerando-se que o protesto de débitos em cartório constitui-se em uma ferramenta célere e eficaz para o recebimento de créditos tributários fazendários, foram intensificadas as ações de Ação de Protesto de débitos inscritos em dívida junto ao Cartório. No ano de 2018 protestou-se cerca de R\$ 330.000,00.

Considerando-se que em muitos casos a simples notificação de dívida ativa e o protesto dos débitos em cartório não são ferramentas suficientes para a recuperação dos créditos tributários, e ainda, que a citação pelo juiz, retroagida à data da propositura da Ação Judicial, interrompe o prazo prescricional de débitos. Foram encaminhados para a Procuradoria para fins de ajuizamento um total de 893 processos entre 2017 e 2018. A abertura de processos administrativos de cobrança, a notificação de inscrição em dívida, a emissão das CDA's e dos Termos de Dívida Ativa são feitas pela Superintendência de Arrecadação e Cobrança.

Total de Dívida Ativa arrecadado em 2018, cerca de R\$ 2.847.000,00 (Dois milhões, oitocentos e quarenta e sete mil reais). Quando comparado com a arrecadação de 2017, cerca de R\$ 1.940.000 (Um milhão novecentos e quarenta mil reais) temos em torno de 46,7% de aumento na arrecadação.

A recuperação de créditos tributários inscritos em Dívida Ativa é uma obrigação legal, mas mais do que isso constitui-se em parte fundamental das fontes de receita do Município.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA
Secretaria Municipal de Gabinete

DECLARAÇÃO

DECLARO para os devidos fins que o Município de Colatina, do Estado do Espírito Santo, não instituiu o Regime Próprio de Previdência.

Colatina, 22 de fevereiro de 2019.

SÉRGIO MENEGUELLI
Prefeito Municipal



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA
Secretaria Municipal de Gabinete

DECLARAÇÃO

Na qualidade de Ordenador de Despesas, DECLARO para os devidos fins que o Município de Colatina, do Estado do Espírito Santo, efetuou pagamento de aposentadorias e pensões, concedida com suporte na Lei Municipal nº 2.535, de 31 de dezembro de 1973.

Colatina, 22 de fevereiro de 2019.

SÉRGIO MENEGUELLI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA

Lista de Funcionários (00091)

20/02/2019 16:05:29

Código	Nome do Funcionário	Admissão	Demissão	Cargo	CPF
Ordem: Secretaria,Alfabética					
Quebra Atual:					
Secretaria.....: 00000015 - ESTATUTARIOS APOSENTADOS					
700029	ANNA DORY VESCOVI	01/04/1956		ASSIST OPERACIONAL	190.016.817-00
700045	AVELINO ANTONIO SILVA	11/05/1965		FISCAL DE RENDAS	096.493.527-91
700134	LAISE LUZIA TOZZI ADRIANO	01/08/1956		ESCRITURARIO	896.411.917-72
700150	NELSON MARTINELLI	01/05/1964		FISCAL DE RENDAS	125.315.617-49
700177	TEREZINHA DUTRA RODRIGUES	03/09/1962		ASSIST OPERACIONAL	002.293.077-95
Quantidade Funcionários por Quebra...:		5			
Ordem: Secretaria,Alfabética					
Quebra Atual:					
Secretaria.....: 00000016 - ESTATUTARIOS PENSIONISTAS					
700941	ALAYDE SALAROLI DE MORAIS	01/10/2003		FISCAL DE RENDAS	027.636.927-02
700827	ALZIRA JULIATTI DOS SANTOS	01/12/1993		FISCAL DE RENDAS	070.842.467-89
700959	AMERICA ROSSI DELAQUA	07/04/2000		FISCAL DE RENDAS	997.648.577-87
700843	ANA CAROLINA NUNES DA COSTA	01/05/1994		FISCAL DE URBANISMO	732.448.487-53
700711	ANALIA STACUL	01/07/1990		FISCAL DE RENDAS	471.017.337-00
700963	ARLETE DOS SANTOS CEZARIO	01/10/2006		ESCRITURARIO	081.005.767-00
700961	DEVANIR LUCIA DEPRE DIAS	01/04/2006		FISCAL DE RENDAS	007.836.827-86
700969	ELIZIA PEREIRA DOS SANTOS	01/11/2010		FISCAL DE URBANISMO	072.880.657-66
700703	FATIMA LEIDA BOLSANELO	01/07/1990		FISCAL DE RENDAS	416.138.727-04
700932	JULIETA RODRIGUES DA SILVA	04/07/1998		PENS ESTATUTARIO	005.348.847-41
700673	MARIA ALVES DE SOUSA	28/11/1989		PENS ESTATUTARIO	575.886.197-91
700973	MARIA CELIA RIBEIRO SPERANDIO	01/05/2017		ASSIST DE ENGENHARIA	764.668.337-04
700960	MARIA DA CONCEICAO FRAGA	01/05/2002		FISCAL DE URBANISMO	930.834.407-15
700965	MARIA EDITH DO NASCIMENTO	01/02/2010		FISCAL DE RENDAS	024.341.337-89
700924	MARIA LUCIA SOUZA FERREIRA	01/07/1997		ASSIST OPERACIONAL	652.910.347-34
700974	MARINA DE LOURDES PIONTKOVSKY DE	01/09/2018		FISCAL DE RENDAS	243.573.407-72
700970	MARIZA LOBO ROCHA	01/11/2010		FISCAL DE URBANISMO	616.279.257-91
700925	NAIR GIRELLI TOREZANI	01/10/2002		FISCAL DE URBANISMO	008.212.217-28
700972	RAIMUNDA BRUNO RUDIO	01/01/2015		FISCAL DE RENDAS	119.848.117-03
700967	VANDA AMORIM GAMA	01/08/2010		ESCRITURARIO	035.972.457-49
700964	YARA ROCHA MENELLI	01/10/2007		FISCAL DE RENDAS	042.127.597-99
Quantidade Funcionários por Quebra...:		21			
Quantidade Total de Funcionários.....:		26			



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA
Secretaria Municipal de Gabinete

DECLARAÇÃO

DECLARO para os devidos fins que o Município de Colatina, do Estado do Espírito Santo, não instituiu a Lei de desconcentração Administrativa.

Colatina, 22 de fevereiro de 2019.

SÉRGIO MENEGUELLI
Prefeito Municipal

PARECER DA COMISSÃO DE ANÁLISE DE CONTAS

A Comissão Intersetorial de Orçamento e Finança – CIOF para Análise de Contas do Conselho Municipal de Saúde eleita na reunião do dia 12 de abril de 2017 e aprovada pelas resoluções nº 011/2017 e nº 012/2017 de 10 de maio de 2017 e 14 de junho de 2017, reunidos nas dependências da SEMUS, na sala do conselho, em 13 de fevereiro de 2019, para apreciar os balancetes da Secretaria Municipal de Saúde de Colatina do Exercício de 2018.

As conselheiras Michelini dos Santos Sobrinho Ramo e Márcia Cristina Martins Schulz não compareceram a essa reunião. A conselheira Michelini dos Santos Sobrinho Ramo está afastada de suas funções sob atestado médico.

A conselheira Maria do Carmo Oliveira Cossi dá parecer desfavorável.

As conselheiras Almerinda Cecília Almeida Romano e Eliana Maria Samoura dão parecer favorável à prestação de contas para o exercício de 2018 com as seguintes ressalvas:

Os balancetes não apresentam os processos e nem notas fiscais das compras de materiais e insumos para a prestação de serviços de saúde pública, pois as mesmas entendem que estão faltando materiais e insumos nas unidades de saúde.

Está faltando entrosamento entre os membros da comissão e os responsáveis pelas informações inseridas no balancete (Analista administrativo responsável pelas compras de materiais e insumos).

No exercício de 2018, o setor de transporte não disponibilizou carros para Comissão de Visitas as Unidades de Saúde. Por isso, a Comissão de Visitas não fez visitas nas unidades de saúde.

A Comissão Intersetorial de Orçamento e Finança – CIOF gostaria de ser informado de forma mais detalhada as informações da destinação das receitas e despesas.

Colatina-ES 13 de fevereiro de 2019


Almerinda Cecília Almeida Romano


Maria do Carmo Oliveira Cossi


Eliana Maria Samoura



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA
Secretaria Municipal de Educação

Rua Melvin Jones, 50 – Esplanada – Colatina – ES – 29.702-110 - Tel: 3177-7064

Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

Relatório e Parecer do Conselho Municipal de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB, do Município de Colatina-ES.

PARECER Nº 001/2019

O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, do Município de Colatina ES, atendendo ao que dispõe o parágrafo único do art.27 da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007 e de acordo com a competência que lhe assegura o art.24 e seguintes da mesma Lei, elabora o presente parecer, cujo objetivo é instruir a Prestação de Contas Anual do Município-PCA.

Este documento tem ainda por finalidade consolidar as atividades desenvolvidas por este colegiado, de forma sucinta e objetiva os resultados e conclusões provenientes da análise dos documentos e situações verificadas bem como registrar o entendimento quanto à utilização dos recursos do Fundo durante o exercício de 2018, o que será realizado com base na legislação vigente, em especial com o que dispõe a Emenda Constitucional nº 53/06, as Leis Federais nº 11.494/07 e nº 9.394/96 e os princípios constitucionais que regem os atos administrativos: legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência.

RELATÓRIO

O Conselho Municipal de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação do Município de Colatina, em reuniões realizadas, analisou as seguintes documentações referentes ao exercício de 2018.

Extratos bancários mensais das contas específicas do FUNDEB (Banco do Brasil, agência 0112-0, Caixa Econômica Federal, agência 0172 e BANESTES 0117), Quadros Demonstrativos das Receitas /Despesas e Demonstrativos de Execução Financeira.

Em cumprimento a Portaria Conjuntiva de 02/2018, com alterações de prazo pela Portaria Conjuntiva de nº 03 de 27 de março de 2018, foi criado o Fundo Municipal de Educação _ FME por meio da Lei 6.493/2018 de 14 de junho de 2018, a partir dela foi criado um CNPJ próprio para o Fundo e aberta a nova conta bancária para o recebimento dos recursos do FUNDEB. Sendo ela: Banco do Brasil agência 0112-0 de nº 74.705-X.

Foram abertas outras duas contas sendo elas: Agência 0172 (Caixa Econômica Federal, conta 71.007-0 e na Agência 0117 (Banestes), conta 29.034.055, para os fins de transferir recursos para o pagamento dos servidores.

A partir dos referidos documentos, o relatório fica assim descrito:

1. Na composição de receita total anual/2018 destinada ao FUNDEB foram considerados o somatório dos depósitos automáticos, no Banco do Brasil, que chegou à soma de R\$ 55.043.656,86 (Cinquenta e cinco milhões quarenta e três mil seiscentos e cinquenta e seis reais e oitenta e seis centavos), que somando aos rendimentos foi totalizado em R\$ 55.130.670,96 (Cinquenta e cinco milhões quarenta e três mil seiscentos e setenta reais e noventa e seis centavos). Não houve adicional do FUNDEB de acordo com o número de alunos da matrícula do censo anterior.
2. O valor aplicado para o pagamento de profissionais do magistério (60%) e respectivas obrigações patronais, com recursos do FUNDEB, valor de R\$46.422.051,67 (Quarenta e seis milhões quatrocentos e vinte e dois mil cinquenta e um reais e sessenta e sete centavos).
3. Os dispêndios realizados com recursos provenientes do FUNDEB atenderam plenamente a determinação constitucional (Emenda 53/06) e o art.21 e 22 da Lei nº 11.494/07, em vista da aplicação na remuneração dos profissionais do magistério de percentual superior ao limite estabelecido, resultando em **84%** de aplicação.
4. Os recursos do FUNDEB destinados e pagos com a parcela dos 40%, foram no valor de R\$ 7.327.362,92 (Sete milhões trezentos e vinte e sete mil trezentos e sessenta e dois reais e noventa e dois centavos) sendo que foram gastos com vencimentos e vantagens fixas e demais despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.
5. O total das despesas realizadas no exercício de 2018 com recursos provenientes do FUNDEB do exercício, somaram a importância de R\$ 53.775.357,12 (Cinquenta e três milhões setecentos e setenta e cinco mil trezentos e cinquenta e sete reais e doze centavos) sendo integralmente aplicados dentro dos critérios e objetivos estabelecidos.
6. No que se refere a aplicação mínima do MDE, o município de Colatina cumpriu com 29,18%.

Em relação à aplicação dos recursos provenientes do FUNDEB/2018, este Conselho observou que foram cumpridos os preceitos da legislação em vigor.

CONCLUSÃO

Após análise e conferência na documentação comprobatória das receitas e despesas do FUNDEB, este conselho **emite parecer favorável** quanto à aplicação dos recursos vinculados ao FUNDEB, no exercício de 2018.

É o parecer.

Colatina-ES, 15 de março de 2019.

Conselheiros do FUNDEB



MUNICÍPIO DE COLATINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2018 – NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2018

RREO – ANEXO 09 (LRF, Art. 53, § 1º inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas (b)			Saldo a Realizar (c)=(a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	8.300.000,00	4.886.619,31			3.413.380,69
DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas (e)	Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	Saldo Não Executado (f)=(d- e)
DESPESAS DE CAPITAL	46.181.713,95	19.998.628,39	13.655.227,51	6.293.400,88	26.233.085,56
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte					
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte Por Instituições Financeiras					
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	46.181.713,95	19.998.628,39	13.655.227,51	6.293.400,88	26.233.085,56
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(I-II)	-37.881.713,95	-15.112.009,08	-	-	-22.819.704,87

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Secretaria Municipal de Planejamento, 29/01/2019, 15h09min.

SERGIO MENEGUELLI
PREFEITO

GIOVANNA MARIA SERAFINI GOMES
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PRISCILA GUIMARÃES CORREA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até Bimestre (b)	
TOTAL DE ATIVOS DIREITOS FUTUROS Ativos Contabilizados na SPE Contrapartida para Provisões de PPP				
TOTAL DE PASSIVOS (I) Obrigações Não Relacionadas a Serviços Contrapartida para Ativos da SPE Provisões de PPP				
GARANTIAS DE PPP (II)				
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)				
PASSIVOS CONTINGENTES Contraprestações Futuras Riscos Não Provisionados Outros Passivos Contingentes				
ATIVOS CONTINGENTES Serviços Futuros Outros Ativos Contingentes				

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Do Ente Federado (IV) Das Estatais Não-Dependentes											
TOTAL DAS DESPESAS											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)											
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI) = (IV)/(V)											

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Desenvolvimento Do Ensino - Ensino Fundamental, Emissão: 27/03/2019 , às 09:44:06

SERGIO MENEGUELLI
PREFEITO

GIOVANNA MARIA SERAFINI GOMES
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

FRANCIELI PRANDO FINCO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE COLATINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2018 – NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2018

RREO – ANEXO 11 (LRF, Art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	Previsão Atualizada (a)	RECEITAS REALIZADAS	Saldo (a – b)
		(b)	
RECEITAS DE CAPITAL – ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	21.000,00		21.000,00
Alienação de Bens Móveis	21.000,00		21.000,00
Alienação de Bens Imóveis			
Rendimentos de Aplicação Financeira			

DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas (e)	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (f)	Despesas Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Pagamento de Restos a Pagar (g)	Saldo (h) = (d – e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	23.020,55	19.887,19	5.779,00	5.779,00	14.108,19	-	3.133,36
DESPESAS DE CAPITAL	23.020,55	19.887,19	5.779,00	5.779,00	14.108,19	-	3.133,36
Investimentos	23.020,55	19.887,19	5.779,00	5.779,00	14.108,19		3.133,36
Inversões Financeiras							-
Amortização da Dívida							-
DESPESAS DE CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social							-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores							-

RECEITAS	2017	2018	Saldo Atual (k) = (IIb + IIIj)
	(i)	(j) = (Ib – (IIc + IIg))	
VALOR(III)	-	(5.779,00)	(5.779,00)

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Secretaria Municipal de Planejamento, 24/01/2019, 15h26min.

SERGIO MENEGUELLI
PREFEITO

GIOVANNA MARIA SERAFINI GOMES
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO FINANÇAS

PRISCILA GUIMARÃES CORREA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE COLATINA - ES
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 6º BIMESTRE DE 2018 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2018
 RREO - Anexo 7 (LRF, art 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	Saldo Total
	Em exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2017				Em exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2017					
	(a)	(b)	(c)	(d)	e = (a+b) - (c+d)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	k = (f+g) - (i+j)	L = (e + k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	206.470,53	9.043.009,63	9.112.855,38	1.447,41	135.177,37	1.786.211,35	13.887.674,78	10.628.879,79	10.628.335,98	5.000.876,85	44.673,30	179.850,67
Executivo	206.470,53	9.043.009,63	9.112.855,38	1.447,41	135.177,37	1.786.211,35	13.887.674,78	10.628.879,79	10.628.335,98	5.000.876,85	44.673,30	179.850,67
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COLATINA	50.000,00	2.265.655,65	2.315.456,23	199,42			3.884.309,68	2.641.869,31	2.641.869,31	1.242.440,37		
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA	134.758,90	6.168.650,02	6.188.695,19	1.247,99	113.465,74	1.780.884,52	7.776.542,43	5.986.592,42	5.986.048,61	3.550.129,14	21.249,20	134.714,94
SERVIÇO COLATINENSE DE SANEAMENTO AMBIENTAL	21.711,63	608.703,96	608.703,96		21.711,63	5.326,83	2.226.822,67	2.000.418,06	2.000.418,06	208.307,34	23.424,10	45.135,73
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
Total (III) = (I + II)	206.470,53	9.043.009,63	9.112.855,38	1.447,41	135.177,37	1.786.211,35	13.887.674,78	10.628.879,79	10.628.335,98	5.000.876,85	44.673,30	179.850,67

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Planejamento E Finanças, Emissão: 31/01/2019 , às 11:15:41

SERGIO MENEGUELLI
PREFEITO

GIOVANNA MARIA SERAFINI GOMES
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PRISCILA GUIMARÃES CORRÊA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE COLATINA - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2018 - JULHO A DEZEMBRO DE 2018

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II)

Em Reais

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			ATE O PERÍODO/2018	ATE O PERÍODO/2017
RECEITAS CORRENTES (I) Receita de Contribuições dos Segurados Civil Ativo Inativo Pensionista Militar Ativo Inativo Pensionista Receita de Contribuições Patronais Civil Ativo Inativo Pensionista Militar Ativo Inativo Pensionista Em Regime de Parcelamento de Débitos Receita Patrimonial Receitas Imobiliárias Receitas de Valores Mobiliários Outras Receitas Patrimoniais Receita de Serviços Outras Receitas Correntes Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) Demais Receitas Correntes RECEITAS DE CAPITAL (III) Alienação de Bens, Direitos e Ativos Amortização de Empréstimos Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)				

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			ATÉ O PERÍODO/2018	ATÉ O PERÍODO/2017	ATÉ O PERÍODO/2018	ATÉ O PERÍODO/2017	EM 2018	EM 2017
ADMINISTRAÇÃO (V) Despesas Correntes Despesas de Capital PREVIDÊNCIA (VI) Benefícios - Civil Aposentadorias Pensões Outros Benefícios Previdenciários Benefícios - Militar Reformas Pensões Outros Benefícios Previdenciários Outras Despesas Previdenciárias Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS Demais Despesas Previdenciárias								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VII) = (V +								
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV – VII)								
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA							
VALOR								
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA							
VALOR								

MUNICÍPIO DE COLATINA - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2018 - JULHO A DEZEMBRO DE 2018

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II)

Em Reais

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2018	2017
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Investimentos e Aplicações		
Outros Bens e Direitos		

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Desenvolvimento Do Ensino - Ensino Fundamental, Emissão: 27/03/2019 , às 08:18:54

_____ SERGIO MENEGUELLI PREFEITO _____ PRISCILA GUIMARÃES CORRÊA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO	_____ GIOVANNA MARIA SERAFINI GOMES SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
---	---

MUNICÍPIO DE COLATINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2018 – NOVEMBRO A DEZEMBRO 2018

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS		PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Período				
			RECEITAS REALIZADAS			(a)	
RECEITAS CORRENTES (I)		314.163.564,11				321.091.722,66	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (PTU)		35.555.844,00				35.828.399,73	
ISS		4.682.000,00				5.902.536,56	
ITBI		22.405.000,00				21.490.111,57	
IRRF		2.800.000,00				2.963.625,96	
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		3.250.000,00				3.375.296,01	
Contribuições		2.418.844,00				2.096.829,63	
Receita Patrimonial		8.240.000,00				8.308.916,25	
Aplicações Financeiras (II)		2.966.733,06				1.537.599,67	
Outras Receitas Patrimoniais		2.809.557,83				1.347.447,60	
Transferências Correntes		157.175,23				190.152,07	
Cota-Parte do FPM		226.048.687,05				230.509.010,02	
Cota-Parte do ICMS		39.800.000,00				38.653.783,03	
Cota-Parte do IPVA		42.000.000,00				45.870.701,25	
Cota-Parte do ITR		6.560.000,00				7.083.212,40	
Transferências da LC 87/1996		40.000,00				39.074,16	
Transferências da LC 61/1989		384.000,00				431.114,44	
Transferências do FUNDEB		960.000,00				1.012.983,87	
Outras Transferências Correntes		53.022.792,07				55.046.738,49	
Demais Receitas Correntes		83.281.894,98				82.371.402,38	
Outras Receitas Financeiras (III)		41.352.300,00				44.907.796,99	
Receitas Correntes Restantes		41.352.300,00				44.907.796,99	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)		311.354.006,28				319.744.275,06	
RECEITAS DE CAPITAL (V)		34.269.819,92				14.527.560,48	
Operações de Crédito (VI)		8.300.000,00				4.886.619,31	
Amortização de Empréstimos (VII)							
Alienação de Bens		21.000,00				0,00	
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)							
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)							
Outras Alienações de Bens		21.000,00					
Transferências de Capital		25.948.819,92				9.640.941,17	
Convênios		23.841.879,92				7.148.081,17	
Outras Transferências de Capital		2.106.940,00				2.492.860,00	
Outras Receitas de Capital		0,00				0,00	
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)							
Outras Receitas de Capital Primárias							
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)		25.969.819,92				9.640.941,17	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)		337.323.826,20				329.385.216,23	
DESPESAS PRIMÁRIAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Período				
			DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS S PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)		318.562.896,24	302.861.776,54	287.484.698,34	284.168.635,57	8.201.042,79	6.591.780,96
Pessoal e Encargos Sociais		145.326.180,97	140.835.761,59	140.670.568,76	138.413.121,94	3.235.855,98	151.663,80
Juros e Encargos da Dívida (XIV)		415.094,91	395.272,93	395.272,93	395.272,93		
Outras Despesas Correntes		172.821.620,36	161.630.742,02	146.418.856,65	145.360.240,70	4.965.186,81	6.440.117,16
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)		318.147.801,33	302.466.503,61	287.089.425,41	283.773.362,64	8.201.042,79	6.591.780,96
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)		46.181.713,95	19.948.628,39	13.655.227,51	13.222.111,08	770.112,81	3.972.306,39
Investimentos		42.574.861,82	16.346.411,62	10.053.010,74	9.619.894,31	770.112,81	3.972.306,39
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)							
Aquisição de Título de Crédito (XIX)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XX)		3.606.852,13	3.602.216,77	3.602.216,77	3.602.216,77		
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)		42.574.861,82	16.346.411,62	10.053.010,74	9.619.894,31	770.112,81	3.972.306,39
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)		360.722.663,15	318.812.915,23	297.142.436,15	293.393.256,95	8.971.155,60	10.564.087,35
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]							16.457.260,14
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO							VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência							-9.500.000,00
JUROS NOMINAIS							Até o Período
							VALOR INCORRIDO
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)							1.347.447,60
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)							51.162,71
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)							17.753.545,03
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL							VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência							4.900.000,00
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL							SALDO
							Em 31/Dez/2017 (a)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)							Até o Período (b)
DEDUÇÕES (XXIX)							60.640.863,44
Disponibilidade de Caixa							61.662.047,07
Disponibilidade de Caixa Bruta							61.398.792,89
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)							61.534.514,07
Demais Haveres Financeiros							135.721,18
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)							263.254,18
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)							-1.021.183,63
AJUSTE METODOLÓGICO							-9.391.110,34
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)							Até o Período
RECITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)							70.749,35
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)							
OUTROS AJUSTES (XXXV)							
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVI) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV)							-9.461.859,69
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXVII) = XXXVI - (XXV - XXVI)							-10.758.144,58
INFORMAÇÕES ADICIONAIS							PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							0
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							0
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais							0
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS							0

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Secretaria Municipal de Planejamento, 29/01/2019, 11h10min.

SÉRGIO MENEGUELLI
PREFEITO

GIOVANNA MARIA SERAFINI GOMES
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA

PRISCILA GUIMARÃES CORRÊA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE COLATINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2018 – NOVEMBRO A DEZEMBRO 2018

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS		PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Período					
			RECEITAS REALIZADAS			(a)		
RECEITAS CORRENTES (I)		314.163.564,11				321.091.722,66		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (PTU)		35.555.844,00				35.828.399,73		
ISS		4.682.000,00				5.902.536,56		
ITBI		22.405.000,00				21.490.111,57		
IRRF		2.800.000,00				2.963.625,96		
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		3.250.000,00				3.375.296,01		
Contribuições		2.418.844,00				2.096.829,63		
Receita Patrimonial		8.240.000,00				8.308.916,25		
Aplicações Financeiras (II)		2.966.733,06				1.537.599,67		
Outras Receitas Patrimoniais		2.809.557,83				1.347.447,60		
Transferências Correntes		157.175,23				190.152,07		
Cota-Parte do FPM		226.048.687,05				230.509.010,02		
Cota-Parte do ICMS		39.800.000,00				38.653.783,03		
Cota-Parte do IPVA		42.000.000,00				45.870.701,25		
Cota-Parte do ITR		6.560.000,00				7.083.212,40		
Transferências da LC 87/1996		40.000,00				39.074,16		
Transferências da LC 61/1989		384.000,00				431.114,44		
Transferências do FUNDEB		960.000,00				1.012.983,87		
Outras Transferências Correntes		53.022.792,07				55.046.738,49		
Demais Receitas Correntes		83.281.894,98				82.371.402,38		
Outras Receitas Financeiras (III)		41.352.300,00				44.907.796,99		
Receitas Correntes Restantes		41.352.300,00				44.907.796,99		
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)		311.354.006,28				319.744.275,06		
RECEITAS DE CAPITAL (V)		34.269.819,92				14.527.560,48		
Operações de Crédito (VI)		8.300.000,00				4.886.619,31		
Amortização de Empréstimos (VII)								
Alienação de Bens		21.000,00				0,00		
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)								
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)								
Outras Alienações de Bens		21.000,00						
Transferências de Capital		25.948.819,92				9.640.941,17		
Convênios		23.841.879,92				7.148.081,17		
Outras Transferências de Capital		2.106.940,00				2.492.860,00		
Outras Receitas de Capital		0,00				0,00		
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)								
Outras Receitas de Capital Primárias								
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)		25.969.819,92				9.640.941,17		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)		337.323.826,20				329.385.216,23		
DESPESAS PRIMÁRIAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Período					
			DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS S PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS (c)	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)		318.562.896,24	302.861.776,54	287.484.698,34	284.168.635,57	8.201.042,79	6.591.780,96	6.591.780,96
Pessoal e Encargos Sociais		145.326.180,97	140.835.761,59	140.670.568,76	138.413.121,94	3.235.855,98	151.663,80	151.663,80
Juros e Encargos da Dívida (XIV)		415.094,91	395.272,93	395.272,93	395.272,93			
Outras Despesas Correntes		172.821.620,36	161.630.742,02	146.418.856,65	145.360.240,70	4.965.186,81	6.440.117,16	6.440.117,16
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)		318.147.801,33	302.466.503,61	287.089.425,41	283.773.362,64	8.201.042,79	6.591.780,96	6.591.780,96
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)		46.181.713,95	19.948.628,39	13.655.227,51	13.222.111,08	770.112,81	3.972.306,39	3.971.762,58
Investimentos		42.574.861,82	16.346.411,62	10.053.010,74	9.619.894,31	770.112,81	3.972.306,39	3.971.762,58
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)								
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)								
Aquisição de Título de Crédito (XIX)								
Demais Inversões Financeiras								
Amortização da Dívida (XX)		3.606.852,13	3.602.216,77	3.602.216,77	3.602.216,77			
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)		42.574.861,82	16.346.411,62	10.053.010,74	9.619.894,31	770.112,81	3.972.306,39	3.971.762,58
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)								
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)		360.722.663,15	318.812.915,23	297.142.436,15	293.393.256,95	8.971.155,60	10.564.087,35	10.563.543,54
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]								16.457.260,14
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO								VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência								-9.500.000,00
JUROS NOMINAIS								Até o Período
								VALOR INCORRIDO
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)								1.347.447,60
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)								51.162,71
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)								17.753.545,03
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL								VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência								4.900.000,00
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL								SALDO
								Em 31/Dez/2017
								(a)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)								Até o Período
DEDUÇÕES (XXIX)								(b)
Disponibilidade de Caixa								60.640.863,44
Disponibilidade de Caixa Bruta								61.662.047,07
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)								61.398.792,89
Demais Haveres Financeiros								61.534.514,07
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)								135.721,18
								263.254,18
								-1.021.183,63
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)								-9.391.110,34
AJUSTE METODOLÓGICO								Até o Período
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)								70.749,35
RECITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)								
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)								
OUTROS AJUSTES (XXXV)								
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVI) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV)								-9.461.859,69
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXVII) = XXXVI - (XXV - XXVI)								-10.758.144,58
INFORMAÇÕES ADICIONAIS								PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES								0
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS								0
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais								0
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								0

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Secretaria Municipal de Planejamento, 29/01/2019, 11h10min.

SÉRGIO MENEGUELLI
PREFEITO

GIOVANNA MARIA SERAFINI GOMES
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA

PRISCILA GUIMARÃES CORRÊA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO

TABELA 37

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Emitente: Unidade Central de Controle Interno do Poder Executivo

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Colatina

Gestor Responsável: Sérgio Meneguelli

Exercício: 2018

1. Introdução

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada

2. Auditorias e outros procedimentos realizados

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação

3. Tomadas de Contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos instaurados na UG

Processo Administrativo	Descrição do caso de dano apurado	Data de Instauração	Data de Encaminhamento ao TCE	Valor de Débito	Protocolo/ Processo no Tribunal de Contas
31983/2017	No dia 20/12/2017 a Secretaria de Controle Interno, através do protocolo nº 31.989/2017 formalizou orientação à autoridade administrativa (Prefeito) no sentido de determinar a instauração de Tomada de Contas Especial para verificação de supostas irregularidades no Convênio nº	15/01/2018	26/01/2018	Inicialmente verificado: R\$ 315.817,5 Quantificação do Dano: "Após ser dado ini-	Proc 998/2018-3 Protoc 1052/2018

	29/2012, firmado entre o Município de Colatina e a Associação Colatina Sociedade Desportiva. E após, o município solicitou a restituição do valor do convênio, mas não obteve êxito. Registra-se que restou verificado pelo setor de prestação de contas e convênios, pela procuradoria e pela secretaria de controle interno que: a) o cheque nº 00021 no valor de R\$ 1.092,00, nominal a Marcus Vinícius Gomes Ferreira, não foi compensado no período de janeiro a maio de 2012; b) o funcionário Maicon Tabosa Silva admitido em 12/01/2011 ficou de auxílio (custódio de seguro) de 17/02/11 a 31/05/12, sendo os encargos de FGTS no valor de R\$ 174,40 pagos com recurso do convênio; c) a funcionária Neuza Costa de Macedo, da folha de pagamento de março/2012, cujos salários e encargos totalizam R\$ 1.281,66 está aparecendo como jogadora de futebol, sendo que o time trata apenas de jogadores do sexo masculino. E deste modo restou vislumbrado que a Associação teria, a priori, incorrido na hipótese de <i>“não comprovação da aplicação de recursos repassados pela União, Estado ou Município, mediante convênio, contrato de repasse, ou instrumento congênere”</i>. Pontua-se por fim que, o valor total do convênio era de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), sendo que R\$ 176.400,09 (cento e setenta e seis mil quatrocentos reais e nove centavos) a cargo do concedente, restando ao conveniente o desembolso da contrapartida no valor de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).			cio aos trabalhos de apuração, a comissão responsável pela Tomada de Contas Especial manifestou-se pela irregularidade das contas apresentadas, qualificando como responsáveis o Sr. Juarez Fadini e a própria entidade, quantificando o valor do dano em R\$ 2.726,56 (dois mil e setecentos e vinte e seis reais e cinquenta e seis centavos), conforme verifica-se do relatório apresentado. Seguidamente, os responsáveis foram notificados para providenciarem o pagamento do dano no montante de R\$ 2.726,56 (dois mil e setecentos e vinte e seis reais e cinquenta e seis centavos).”	
--	--	--	--	---	--

	Encerrados os atos da Comissão responsável pela TCE, a Secretaria de Controle Interno, no dia 16/07/2018, em consonância com a In 32/2014, produziu o relatório final da Unidade Central de Controle Interno, encaminhando os autos para ciência ao Chefe do Poder Executivo. E em 18/06/2018, consoante restou verificado dos comprovantes, o pagamento referente ao dano apurado restou efetivado pelos responsáveis.				
--	---	--	--	--	--

Processo Administrativo	Descrição do caso de dano apurado	Data de Instauração	Data de Encaminhamento	Valor de Débito	Protocolo/Processo no Tribunal de Contas
31847/2017	No dia 01/12/2017, através do Memorando nº 62/2017, com reiteração da comunicação através do protocolo nº 31847/2017, esta Secretaria de Controle Interno deu ciência ao Chefe do Poder Executivo Municipal quanto a Decisão do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, tombada sob o nº 4231/2014-4 – Processo TC nº 00405/2014 – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Colatina - APAE, a qual determinava a instauração de Tomada de Contas Especial. Encerrados os atos da Comissão responsável pela TCE, a Secretaria de Controle Interno, no	25/01/2018	20/02/2018	Inicialmente verificado: R\$ 17.889.881,08 Quantificação do Dano: “Analisando os autos verificou-se que a Comissão munuiu-se de documentos e informações, bem como requereu atualização contábil dos valores para quantificar o dano e apontar a cota de responsabilidade de cada um. Vejamos: i- listagem de pagamentos às fls. 86/102, ii- listagem de pagamentos à fl. 181, iii- ata da 4ª Reunião da Comissão à fl.82 a qual narra que “(...) foram trazidos documentos contábeis a partir de fevereiro de	Proc 01896/2018-8

	dia 26/11/2018, em consonância com a In 32/2014, produziu o relatório final da Unidade Central de Controle Interno, encaminhado os autos para ciência ao Chefe do Poder Executivo para atendimento dos pontos contantes do Anexo Único da Instrução Normativa TC nº 32 de 2014. Indicando por fim que, após, fosse providenciado o encaminhamento dos documentos exigidos para ciência da apuração e finalização da TCE ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.			2007 com a apresentação dos valores pagos a título de taxa de administração no convênio em questão, que ora se faz juntar nos presentes autos. No entanto, tais documentos não cobrem o período integral desde 2002, ficando ainda pendente a obtenção de arquivos contábeis de período anterior a fevereiro de 2007 (...); iv- ata da 5ª Reunião da Comissão à fl. 182 a qual narra "Na ordem do dia, foram trazidos documentos contábeis () já atualizados com pelo Assessor Contábil designado, Sr. LUCAS MILANEZ BOONE. Na ocasião apurou-se um valor de R\$ 6.45.699,98 como tendo sido repassado à APAE a título de TAXA DE ADMINISTRAÇÃO a partir de fevereiro de 2007 somente, haja vista a dificuldade de obter dados contábeis e autos físicos de processos administrativos anteriores a 2007. (...)" v- Ofício/PGM nº 260/2018 à fl.184 – Solicitando ao Fundo Municipal de Saúde de colatina documentos contábeis e informações relevantes; vi- Des-	
--	---	--	--	--	--

				pacho à fl. 189 endereçado ao Assessor Contábil para atualização dos valores constantes de fls. 86 a 102; vii- Despacho do Assessor Contábil apresentando a atualização dos valores pagos a título de taxa de administração a partir de 2007, dando o montante de R\$ 9.633.660,80; viii- Ofício/PGM nº 267/2018 à fl. 203 requerendo demais dados contábeis especialmente sobre os repasses feitos à APAE – execução do programa Estratégia Saúde da Família, Programa de Agente Comunitários de Saúde e de Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças, no período de março de 2002 a janeiro de 2007 a título de taxa de administração de 6%, requisitando ainda a listagem dos membros do fundo Municipal de Saúde desde 2001 até 2013; iv- Ofício nº 187/2018 à fl. 212 emitido pela Secretária de Saúde anexando a listagem da numeração dos processos da APAE (fls.213/2018); x- <u>Ata da 8ª Reunião à fl.219 onde constou “sobre a prescrição</u>	
--	--	--	--	---	--

				<u>dos débitos anteriores a 2009, tendo esta Comissão chegado à conclusão de que estão prescritos os débitos anteriores a 2009. (...); xi- Ata da 9ª Reunião onde constou “ Já decidido sobre a prescrição dos débitos anteriores a 2009, não serão mais necessários os documentos do FMS; xii- relatório preliminar da comissão às fls. 221/225, xiii- notificações às fls. 231,232,233 e certidão à fl. 243 endereçadas aos responsáveis para pagamento após ter sido lavrado o relatório preliminar; xiii- relatório conclusivo da comissão às fls. 285/296 que após atualização contábil apontou o valor do dano, com consequente apontamento do quantum devido por cada responsável.”</u>	
--	--	--	--	---	--

4. Nota Explicativa

Em relação às auditorias e a demais procedimentos realizados, não restou possível a realização de auditorias durante o exercício de 2018, em razão de somente contarmos com os trabalhos/atividades do primeiro auditor de controle interno no mês de junho de 2018. Todavia, objetivando iniciar os trabalhos de auditoria no Município, esta Secretaria de Controle Interno confeccionou um PAAI – Plano Anual de Auditorias Internas, publicado em 16 de julho 2018, pelo decreto nº 21.986/2018, restando revogado pelo decreto nº 22.062/2018 na data 16 agosto 2018, em razão da oposição

do auditor em seguir a INSCI 02/2014 que dispõe sobre orientações e procedimento a serem adotados para a realização de auditoria interna e inspeção, enquanto o Manual de Auditoria ainda encontrava-se em fase de confecção. Deste modo, considerando ainda que para o bom desenvolvimento dos trabalhos de auditoria restava imprescindível a confecção e/ou atualização das instruções normativas das demais secretarias, fora o auditor jurídico, além de outras atividades, incumbido de revisar as instruções normativas contidas no Portal Transparência, com apontamentos de modificações necessárias e fundamentais.

Ademais, em que pese não terem sido desenvolvidas auditorias no exercício de 2018, além das atividades desenvolvidas pelo auditor jurídico, conforme alhures citadas, esta Secretaria de Controle Interno não ficou inerte as atribuições a ela impostas, onde podemos constatar através da realização de análise de vários relatórios/processos de despesa, conforme relatado na tabela 06 – Reloci e tabela 07 – Reluci, relativo às contas de governo e de gestão, respectivamente, além da confecção dos pareceres sobre a regularidade da execução e homologação de concursos e sobre cada nomeação, conforme disposto na Instrução Normativa TC 038/2016.

Ainda, objetivando estruturar de forma adequada a Secretaria de Controle Interno, mais uma auditora de Controle Interno – área administrativa, restou nomeada pelo decreto nº 22.396/2018 em 11 de junho de 2018 pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Diante do exposto, resta comprovado que esta controladoria, apesar da ausência de auditores no primeiro semestre do ano de 2018, não se omitiu da responsabilidade de realizar procedimentos de controle e análise documental de relatórios referentes aos processos.

Por fim, resta válido registrar que de forma mais estruturada - contando com dois auditores, a Secretaria de Controle Interno confeccionou o PAAI – Plano Anual de Auditorias Internas, publicado e aprovado em 05 de fevereiro 2019, pelo decreto nº 22.655/2019, disponível no Portal Transparência do Município de Colatina.

Colatina/ES, 26 de março de 2019.

Priscila Guimarães Corrêa
Secretária de Controle Interno

TABELA 6

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO – MUNICÍPIO DE COLATINA/ES

Emitente: Unidade Central de Controle Interno do Poder Executivo

Entidade: Município de Colatina/ES

Gestor Responsável: Sérgio Meneguelli

Exercício: 2018

1. RELATÓRIO

1.1. Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, conforme Tabela Referencial 01 da IN TCE-ES Nº 43/2017, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos/Relatórios Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universe do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.1.1	Prestação de contas anual – execução orçamentária	Item não foi objeto de análise.	LC 101/2000, art. 58.	Auditoria Governamental operacional	PCA 2018, balancete da receita e ações implementadas relativo à execução fiscal e combate a sonegação	Item não foi objeto de análise.
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	Relatórios de transferência de recursos à Câmara Municipal.	CRFB/88, art. 168.	Conformidade (Verificação documental)	100% dos processos de repasse de recursos à Câmara Municipal.	80% dos relatórios referentes a repasse de recursos à Câmara Municipal.
1.3.6	Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular	Item não foi objeto de análise.	LC 101/2000, art. 11.	Auditoria Governamental operacional	100% dos procedimentos adotados pelo município para cobrança da dívida ativa.	Item não foi objeto de análise.

1.4.1	Educação – aplicação mínima	Demonstrativo 8 do RREO da LRF.	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69.	Conformidade (Revisão analítica)	Demonstrativo 8 do RREO da LRF e listagem de transferência de recursos ao MDE.	Totalidade dos valores evidenciados no demonstrativo 8 do RREO da LRF e listagem de transferência de recursos ao MDE.
1.4.2	Educação – remuneração dos profissionais do magistério	Demonstrativo 8 do RREO da LRF.	CRFB/88, art. 60, inciso XII do ADCT.	Auditoria Governamental operacional	Demonstrativo 8 do RREO da LRF e listagem de transferência e aplicação de recursos do FUNDEB.	Totalidade dos recursos transferidos e aplicados do FUNDEB, com base no demonstrativo 8 do RREO da LRF
1.4.3	Educação - Pertinência	Item não foi objeto de análise.	Lei nº 9.394/1996 (LDB), arts. 70 e 71.	Auditoria Governamental operacional	100% das despesas da educação.	
1.4.4	Saúde – aplicação mínima	Demonstrativo 12 do RREO da LRF.	CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Conformidade (Revisão analítica)	Demonstrativo 12 do RREO da LRF e listagem de gastos com recursos próprios da saúde.	Demonstrativo 12 do RREO da LRF.
1.4.5	Saúde – pertinência	Item não foi objeto de análise.	LC 141/2012, arts. 3º e 4º.	Auditoria Governamental de conformidade	100% das despesas da saúde.	Item não foi objeto de análise.
1.4.6	Despesas com pessoal – abrangência.	Item não foi objeto de análise.	LC 101/2000, art. 18.	Auditoria Governamental de conformidade	100% das despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada e substituição de servidores.	Item não foi objeto de análise.
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Conformidade (Revisão analítica)	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.
1.4.8	Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.	LC 101/2000, art. 21.	Auditoria Governamental de conformidade	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.
1.4.10	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Conformidade (Verificação documental)	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.
1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Conformidade (Verificação documental)	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.
1.4.12	Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO	Item não foi objeto de análise.	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Auditoria governamental de conformidade	100% das despesas de pessoal e avaliação de sua respectiva previsão legal na LOA e LDO.	Item não foi objeto de análise.
1.4.14	Transferências para o Poder Legislativo Municipal	Base de cálculo de repasse ao legislativo e documentos de repasse ao legislativo.	CRFB/88, art. 29-A, § 2º.	Conformidade (Revisão analítica)	Balancete da receita do ano anterior, base de cálculo utilizada para repasse e documentos de repasse.	Base de cálculo utilizada para repasse e documentos de repasse ao legislativo municipal.
1.4.15	Dívida pública – extrapolação de	Demonstrativo da Dívida Fundada.	LC 101/2000, art. 31 e	Conformidade (revisão	Totalidade dos valores	Totalidade dos valores apresentados

	limite no decorrer da execução orçamentária – redução do valor excedente		Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	analítica)	apresentados no demonstrativo da dívida fundada.	no demonstrativo da dívida fundada.
1.4.16	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – limite	Item não foi objeto de análise.	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 10.	Conformidade (revisão analítica)	Totalidade da documentação relativa à contratação de operação de crédito.	Item não foi objeto de análise.
2.1.1	LDO – compatibilidade com Plano Plurianual.	PPA, LDO e LOA, bem como leis de alteração.	CRFB/88, art. 165, § 1º.	Conformidade (Verificação documental)	Totalidade do PPA, LDO e LOA e leis de alteração.	30% dos referidos instrumentos de planejamento
2.1.2	LDO – limitação de empenho.	Item não foi objeto de análise.	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “b”.	Conformidade (Verificação documental)	Atos legais adotados pelo poder executivo para limitação de empenho (Decreto, Portaria, etc.)	Item não foi objeto de análise.
2.1.3	LDO – controle de custos e avaliação de resultados de programas.	Item não foi objeto de análise.	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “e”.	Conformidade (Verificação documental)	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2018.	Item não foi objeto de análise.
2.1.4	LDO – condições para transferências de recursos a entidades privadas.	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2018.	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “f”.	Conformidade (Verificação documental)	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2018.	Totalidade da lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018.
2.1.5	LDO – Anexo de Metas Fiscais – abrangência	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2018.	LC 101/2000, art. 4º, §§ 1º e 2º.	Conformidade (Verificação documental)	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2018 e seus anexos de metas fiscais.	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2018 e seus anexos de metas fiscais.
2.1.6	LDO – Anexo de Metas Fiscais – conteúdo	Item não foi objeto de análise.	Portaria STN nº 637/2012.	Conformidade (Verificação documental)	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2017 e seus anexos de metas fiscais.	Item não foi objeto de análise.
2.1.7	LDO – Anexo de Riscos Fiscais – abrangência	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2018.	LC 101/2000, art. 4º, § 3º.	Conformidade (Verificação documental)	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2018 e seus anexos de riscos fiscais.	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2018 e seus anexos de riscos fiscais.
2.1.8	LDO – Anexo de Riscos Fiscais – conteúdo	Item não foi objeto de análise.	Portaria STN nº 637/2012.	Conformidade (Verificação documental)	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2018 e seus anexos de riscos fiscais.	Item não foi objeto de análise.
2.1.9	Programação orçamentária – disponibilização de estudos e estimativas de receitas.	Item não foi objeto de análise.	LC 101/2000, art. 12, § 3º.	Conformidade (Verificação documental)	Estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.	Item não foi objeto de análise.
2.1.10	LOA – compatibilidade com a LDO e com o Plano Plurianual.	Instrumentos de planejamento da ação governamental (LOA, LDO e PPA).	CRFB/88, art. 165, § 7º.	Conformidade (Verificação documental)	Instrumentos de planejamento da ação governamental (LOA, LDO e PPA).	30% dos referidos instrumentos de planejamento.
2.1.11	LOA – demonstrativo da compatibilidade	Item não foi objeto de análise.	LC 101/2000, art. 5º, inciso I.	Conformidade (Verificação documental)	Instrumentos de planejamento da ação governamental	Item não foi objeto de análise.

	dos orçamentos com objetivos e metas da LRF				(LOA, LDO e PPA).	
2.1.12	LOA – demonstrativo dos efeitos da renúncia de receita	Item não foi objeto de análise.	CRFB/88, art. 165, § 6º, c/c LC 101/2000, art. 5º, inciso II.	Conformidade (Verificação documental)	LOA e LDO	Item não foi objeto de análise.
2.1.13	LOA – reserva de contingência	LOA – Lei Orçamentária Anual de 2018.	LC 101/2000, art. 5º, inciso III.	Conformidade (Verificação documental)	LOA – Lei Orçamentária Anual de 2018.	LOA – Lei Orçamentária Anual de 2018.
2.1.14	LOA – previsão de recursos para pagamento de precatórios	LOA – Lei Orçamentária Anual de 2018.	CRFB/88, art. 100, § 5º.	Conformidade (Verificação documental)	LOA – Lei Orçamentária Anual de 2018.	LOA – Lei Orçamentária Anual de 2018.
2.1.15	LOA – vinculação de recursos.	LOA – Lei Orçamentária Anual de 2017 e demonstrativos da execução da despesa (balancete da despesa).	LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	Auditoria Governamental de conformidade	LOA – Lei Orçamentária Anual de 2017 e demonstrativos da execução da despesa (balancete da despesa).	30% dos demonstrativos da execução das despesas (balancete de despesa)
2.1.16	LOA – programação financeira e cronograma de desembolso.	LOA – Lei Orçamentária Anual de 2018 e seus anexos.	LC 101/2000, art. 8º.	Conformidade (Verificação documental)	LOA – Lei Orçamentária Anual de 2018 e seus anexos.	LOA – Lei Orçamentária Anual de 2018 e seus anexos.
2.1.17	Transparência na gestão	PPA, LDO e LOA.	LC 101/2000, art. 48, parágrafo único.	Conformidade (Verificação documental)	Etapas de elaboração do PPA, LDO e LOA.	Etapas de elaboração do PPA, LDO e LOA.
2.2.1	Anexo de Metas Fiscais – cumprimento de metas fiscais.	Item não foi objeto de análise.	LC 101/2000, art. 9º.	Conformidade (Verificação documental)	Instrumentos legais de limitação de empenho, tais como decretos ou outro ato normativo.	Item não foi objeto de análise.
2.2.2	Instituição, previsão e execução de receitas.	Item não foi objeto de análise.	LC 101/2000, art. 11.	Auditoria Governamental operacional	Documentos de arrecadação e ações adotadas no âmbito da fiscalização das receitas com vistas a alavancar a arrecadação própria.	Item não foi objeto de análise.
2.2.3	Renúncia de receitas – estimativa de impacto orçamentário-financeiro.	LDO – ANEXO de Metas Fiscais - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.	LC 101/2000, art. 14.	Conformidade (Verificação documental)	Instrumentos legais relativo a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, bem como seus estudos de estimativa de impacto orçamentário-financeiro.	100% da LDO – ANEXO de Metas Fiscais - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.
2.2.4	Renúncia de receitas – eficácia da concessão ou ampliação do incentivo.	Lei Ordinária 6.440/2017 e Decreto n º 20.868/2017.	LC 101/2000, art. 14, § 2º.	Conformidade (Verificação documental)	Instrumentos legais relativo a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra	80% da legislação vigente/em vigor no município. E Etapas de elaboração do PPA, LDO e LOA.

					renúncia de receita, bem como seus estudos de estimativa de impacto orçamentário-financeiro.	
2.2.5	Renúncia de receitas – legislação específica	LDO – ANEXO de Metas Fiscais - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita. Lei Ordinária 4.686/2001, 5.420/2008, 6.440/2017 e Decreto n ° 20.868/2017. Lei complementar 30/2004.	CRFB/88, art. 150, § 6º.	Conformidade (Verificação documental)	Instrumentos legais relativo a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.	80% da legislação vigente/em vigor no município. E Etapas de elaboração do PPA, LDO e LOA.
2.2.6	Renúncia de receitas – resultados	Relatórios de Parcelamento Realizado, Relação Contribuintes Isentos/Inexigibilidade e Relatório Renúncia de Receita.	CRFB/88, art. 37. /Legislação específica.	Auditoria Governamental operacional	Instrumentos legais relativo a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita e justificativas para concessão.	80% dos Relatórios de Parcelamento Realizado, Relação Contribuintes Isentos/Inexigibilidade e Relatório Renúncia de Receita.
2.2.7	Renúncia de receitas – avaliação dos projetos	LDO – ANEXO de Metas Fiscais - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita. Relatórios de Parcelamento Realizado, Relação Contribuintes Isentos/Inexigibilidade e Relatório Renúncia de Receita.	LC 101/2000, art. 1º, § 1º. / Legislação específica.	Auditoria Governamental de conformidade	Instrumentos legais relativo a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita e justificativas para concessão.	40% da LDO – ANEXO de Metas Fiscais - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita. Relatórios de Parcelamento Realizado, Relação Contribuintes Isentos/Inexigibilidade e Relatório Renúncia de Receita.
2.2.8	Despesa pública – criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa – estimativa de impacto orçamentário-financeiro.	Item não foi objeto de análise.	LC 101/2000, art. 16.	Auditoria Governamental de conformidade	Instrumentos legais e processo de despesa relativo a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental e estudos de impacto orçamentário-financeiro.	Item não foi objeto de análise.
2.2.9	Despesa pública – criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa – afetação das metas fiscais.	Item não foi objeto de análise.	LC 101/2000, art. 17, § 3º.	Auditoria Governamental de conformidade	Instrumentos legais e processo de despesa relativo a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental e estudos de impacto orçamentário-financeiro, bem como seu impacto em relação às	Item não foi objeto de análise.

					metas fiscais.	
2.2.11	Execução de despesas – créditos orçamentários	Item não foi objeto de análise.	CRFB/88, art. 167, II.	Auditoria Governamental de conformidade	Instrumentos Legais de autorização para realização de despesas, leis específicas de créditos adicionais e Decretos utilizados para abertura de créditos adicionais.	Item não foi objeto de análise.
2.2.12	Execução de despesas – vinculação	Item não foi objeto de análise.	CRFB/88, art. 167, inciso IV.	Auditoria Governamental de conformidade	100% da previsão de receita e análise das receitas arrecadadas com suas respectivas vinculações.	Item não foi objeto de análise.
2.2.13	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	Item não foi objeto de análise.	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Auditoria Governamental de conformidade	Instrumentos Legais de autorização para abertura de créditos adicionais, leis específicas de créditos adicionais e Decretos utilizados para abertura de créditos adicionais.	Item não foi objeto de análise.
2.2.14	Créditos adicionais – decreto executivo	Listagem dos créditos adicionais abertos. Ato legal para abertura.	Lei nº 4.320/1964, art. 42.	Auditoria Governamental de conformidade	Atos legais para abertura de créditos adicionais autorizados por Lei.	80% dos atos legais utilizados para abertura de créditos adicionais autorizados por Lei.
2.2.15	Créditos orçamentários – transposição, remanejamento e transferências	Item não foi objeto de análise.	CRFB/88, art. 167, inciso VI.	Auditoria Governamental de conformidade	Atos legais relativos à transposição, remanejamento e transferência de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.	Item não foi objeto de análise.
2.2.16	Autorização orçamentária para cobertura de déficit	Item não foi objeto de análise.	CRFB/88, art. 167, inciso VIII.	Auditoria Governamental de conformidade	Instrumentos legais de autorização legislativa de utilização, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos.	Item não foi objeto de análise.
2.2.17	Autorização legislativa para instituição de	Item não foi objeto de análise.	CRFB/88, art. 167, inciso IX.	Conformidade (Verificação documental)	Leis Municipais relativos à instituição de	Item não foi objeto de análise.

	fundos de qualquer natureza				fundos e dos créditos adicionais abertos.	
2.2.19	Créditos extraordinários – abertura	Listagem dos créditos adicionais abertos. Ato legal para abertura.	CRFB/88, art. 167, § 3º.	Auditoria Governamental de conformidade	Atos legais para abertura de créditos adicionais autorizados por Lei.	Listagem dos atos legais utilizados para abertura de créditos adicionais autorizados por lei.
2.2.20	Execução da programação financeira de desembolso.	Item não foi objeto de análise.	LC 101/2000, art. 8º. / Legislação específica – LOA.	Auditoria Governamental de conformidade	Processo de despesas inseridos na programação financeira e o comportamento da despesa em relação à arrecadação.	Item não foi objeto de análise.
2.2.21	Transparência na gestão – instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais	Ações de transparência dos atos de gestão e instrumentos de planejamento da ação governamental.	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Conformidade (Verificação documental)	Portal da transparência e análise das publicações dos RREO e RGF.	Portal da transparência e análise das publicações dos RREO e RGF.
2.2.22	Transparência na gestão – execução orçamentária	Portal da transparência utilizado pelo município.	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Conformidade (Verificação documental)	Portal da transparência utilizado pelo município.	Portal da transparência utilizado pelo município.
2.2.23	Transparência na gestão – prestação de contas	Disponibilidade da PCA pelo chefe do Poder Executivo ao legislativo municipal e ao órgão técnico responsável pela sua elaboração.	LC 101/2000, art. 49.	Conformidade (Verificação documental)	Disponibilidade da PCA pelo chefe do Poder Executivo ao legislativo municipal e ao órgão técnico responsável pela sua elaboração.	Disponibilidade da PCA pelo chefe do Poder Executivo ao legislativo municipal e ao órgão técnico responsável pela sua elaboração.
2.2.25	Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal – elaboração	Item não foi objeto de análise.	LC 101/2000, arts. 52 a 55. Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)	Auditoria Governamental de conformidade	Totalidade dos demonstrativos da LRF (RREO e RGF) publicados.	Item não foi objeto de análise.
2.2.26	Limitação para custeio de despesas	Item não foi objeto de análise.	LC 101/2000, art. 62.	Conformidade (Verificação documental)	Totalidade dos processos de despesas relativo ao custeio de despesas de competência de outros entes.	Item não foi objeto de análise.
2.2.27	Concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista.	Item não foi objeto de análise.	CRFB/88, art. 173, § 2º.	Conformidade (Verificação documental)	Processos de despesas e instrumentos legais de concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista	Item não foi objeto de análise.
2.2.29	Déficit orçamentário – medidas de contenção	Item não foi objeto de análise.	LC 101/2000, art. 9º.	Conformidade (Verificação documental)	Atos legais adotados pelo município, objetivando a limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições	Item não foi objeto de análise.

					estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	
2.3.3	Evidenciação de resultados – consolidação	Item não foi objeto de análise.	Lei 4.320/1964, art. 85 / LC 101/2000, arts. 50 e 51 /Portarias STN nº 72 e 437/2012.	Auditoria Governamental de conformidade	100% dos processos de despesas decorrentes de recursos vinculados.	Item não foi objeto de análise.
2.3.4	Dívida ativa e demais créditos tributários – cancelamento	Item não foi objeto de análise.	CRFB/88, art. 37 c/c LC 101/2000, art. 11.	Auditoria Governamental de conformidade	100% dos processos de cancelamento de créditos tributários.	Item não foi objeto de análise.
2.4.2	Dívida pública – precatórios – integração na dívida consolidada	Item não foi objeto de análise.	LC 101/2000, art. 30, § 7º.	Auditoria governamental de conformidade	100% dos precatórios inseridos no demonstrativo da dívida fundada e relação de precatórios.	Item não foi objeto de análise.
2.4.4	Dívida pública – evidenciação no RGF	Demonstrativo da Dívida Fundada.	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso III.	Conformidade (revisão analítica)	Totalidade dos valores apresentados no demonstrativo da dívida fundada.	Totalidade dos valores apresentados no demonstrativo da dívida fundada.
2.4.5	Dívida pública – extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária – redução do valor excedente	Item não foi objeto de análise.	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso IV, alínea b.	Conformidade (Verificação documental e Revisão analítica)	Demonstrativo da dívida fundada.	Item não foi objeto de análise.

1.2. Constatções e Proposições

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.1.1	Item não analisado.	-	Pendente.
1.1.3	Os relatórios referentes ao repasse de recursos ao legislativo municipal foram devidamente analisados, onde constatamos que foram realizados nos prazos legais, conforme previsto no § 2º, inciso II, art. 29-A da CF, alterado pela EC 058 de 2009.	Nenhuma proposição ou alerta sugerido, tendo em vista o cumprimento do repasse nos prazos legais.	Regular.
1.3.6	Item não analisado.	-	Pendente.
1.4.1	Da análise do demonstrativo 8 do RREO da LRF, constatamos que o município cumpriu com a aplicação mínima de gasto com educação prevista no art. 212 da CF e Resolução nº. 238/2012 do TCEES.	Nenhuma proposição ou alerta sugerida, tendo em vista o cumprimento da aplicação mínima de gasto com educação.	Regular.
1.4.2	Da análise dos recursos transferidos para o FUNDEB e os valores aplicados, constatamos o cumprimento do limite mínimo de aplicação de 60% com profissionais da educação básica, conforme disposto no art. 22 da Lei 11.494/2007.	Nenhuma proposição ou alerta sugerida, tendo em vista o cumprimento da aplicação mínima de gasto com profissionais da educação básica.	Regular.
1.4.3	Item não analisado.	-	Pendente.
1.4.4	Da análise do demonstrativo 12 do RREO da LRF, constatamos que o município cumpriu com a aplicação mínima de gasto com saúde,	Nenhuma proposição ou alerta sugerida, tendo em vista o cumprimento da	Regular.

	conforme disposto na LC 141/2012 e Resolução 248/2012 do TCEES.	aplicação mínima de gasto com a saúde.	
1.4.5	Item não analisado.	-	Pendente.
1.4.6	Item não analisado.	-	Pendente.
1.4.7	Da análise do demonstrativo da despesa com pessoal, constatamos que o município cumpriu com o disposto tanto no art. 19 quanto no art. 20 da LRF, haja vista que o limite de gasto ficou abaixo do limite de alerta previsto no parágrafo único do art. 22 da LRF.	Nenhuma proposição ou alerta sugerida, tendo em vista o cumprimento do disposto no art. 19 e art. 20 da LRF.	Regular.
1.4.8	Da análise do demonstrativo da despesa com pessoal, constatamos que o município cumpriu com o disposto tanto no art. 19 quanto no art. 20 da LRF, haja vista que o limite de gasto ficou abaixo do limite de alerta previsto no parágrafo único do art. 22 da LRF, não havendo portanto, violação do disposto no art. 21 da LRF.	Nenhuma proposição ou alerta sugerida, tendo em vista o cumprimento do disposto no art. 19 e art. 20 da LRF.	Regular.
1.4.10	Da análise do demonstrativo da despesa com pessoal, constatamos que o município cumpriu com o disposto no parágrafo único do art. 22 da LRF	Nenhuma proposição ou alerta sugerida, tendo em vista o cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 22 da LRF	Regular.
1.4.11	Da análise do demonstrativo da despesa com pessoal, constatamos que o município cumpriu com o disposto no parágrafo único do art. 22 da LRF	Nenhuma proposição ou alerta sugerida, tendo em vista o cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 22 da LRF	Regular.
1.4.12	Item não analisado.	-	Pendente.
1.4.14	Do cadastro de movimento financeiro/sistema, constatamos que o repasse efetuado ao legislativo municipal está dentro dos limites estabelecidos no § 2º do art. 29-A da CF.	Nenhuma proposição ou alerta sugerida, tendo em vista que os repasses realizados estão de acordo com o disposto no § 2º do art. 29-A.	Regular.
1.4.15	De acordo com o demonstrativo a dívida consolidada não extrapolou o limite definido na resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir, tendo em vista que a dívida consolidada se encontra dentro dos limites legais.	Regular.
1.4.16	Item não analisado.	-	Pendente.
2.1.1	Da análise do PPA, LDO e LOA, (amostragem) constatamos que todas as ações e programas executados continham a devida previsão legal nos instrumentos de planejamento.	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir, tendo em vista a existência de previsão legal no PPA, LDO e LOA das ações e programas executados.	Regular .
2.1.2	Item não analisado.	-	Pendente.
2.1.3	Item não analisado.	-	Pendente.
2.1.4	Da análise da Lei de Diretrizes Orçamentária para 2018, constatamos através do art. 30 o normativo legal para transferência de recursos a entidades.	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir, tendo em vista a existência de previsão de dispositivo para transferência de recursos na LDO.	Regular.
2.1.5	Da análise da Lei de Diretrizes Orçamentária para 2018, constatamos que a mesma evidenciou os anexos de metas fiscais, estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações.	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir, tendo em vista a previsão de metas fiscais na LDO Lei nº. 6.415/2017.	Regular.
2.1.6	Item não analisado.	-	Pendente.
2.1.7	Da análise da Lei de Diretrizes Orçamentária para 2018, constatamos que a mesma evidenciou os anexos de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e outros	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir, tendo em vista a previsão de riscos fiscais na LDO Lei nº.	Regular.

	riscos capazes de afetar as contas públicas.	6.415/2017.	
2.1.8	Item não analisado.	-	Pendente.
2.1.9	Item não analisado.	-	Pendente.
2.1.10	Da análise da LOA, constatamos por amostragem que os programas e ações desenvolvidos pelo município foram realizados com a devida previsão nos instrumentos de planejamento.	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir, tendo em vista a compatibilidade das ações e programas da LOA com o PPA.	Regular.
2.1.11	Item não analisado.	-	Pendente.
2.1.12	Item não analisado.	-	Pendente.
2.1.13	Da análise dos anexos da Lei Orçamentária Anual, em especial o balancete da despesa, constatamos a previsão para reserva de contingência no montante de R\$ 550.000,00.	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir, tendo em vista a previsão relativo à reserva de contingência.	Regular.
2.1.14	Da análise dos anexos da Lei Orçamentária Anual, em especial o balancete da despesa, constatamos a previsão para cumprimento de precatórios emitidos contra o município no valor de R\$ 8.170.200,00.	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir, tendo em vista a previsão relativo ao cumprimento de precatórios.	Regular.
2.1.15	Da análise da amostragem dos demonstrativos da execução das despesas, constatamos que tanto a fixação da despesa quanto a despesa realizada foi executado em respeito à vinculação dos recursos e em suas específicas fontes de recursos.	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir, tendo em vista que a fixação da despesa e a execução da despesa foram movimentadas em respeito à sua vinculação e a fonte de recurso específica.	Regular.
2.1.16	Da análise da Lei Orçamentária Anual de 2018 e seus anexos, constatamos a existência de demonstrativo que prevê a programação financeira e cronograma de desembolso.	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir, tendo em vista que nos anexos da LOA existe demonstrativo que prevê a programação financeira e cronograma de desembolso.	Regular.
2.1.17	Quando da elaboração do PPA e LOA, constatamos que o município incentivou e possibilitou a participação popular através de disponibilização de Link no site oficial do município possibilitando à população, apresentar sugestões e reivindicações a serem previstas nos instrumentos de planejamento da ação governamental.	Sugerimos que para atendimento da legislação a participação popular também ocorra por meio de audiências públicas.	Parcialmente Pendente.
2.2.1	Item não analisado.	-	Pendente.
2.2.2	Item não analisado.	-	Pendente.
2.2.3	Constatamos que o município implantou o REFIS no exercício de 2017 a 29 de Março de 2018, não sendo possível analisar se o mesmo foi acompanhado de estudo de estimativa de impacto orçamentário-financeiro mas, observa-se que a estimativa de projeção foi realizada de acordo com a LDO em seu Anexo de Metas Fiscais – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.	Sugerimos que todos os processos de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, sejam enviados previamente à Controladoria do município para análise prévia do disposto no art. 14 da LRF.	Regular.
2.2.4	Constatamos que o município implantou o REFIS no exercício de 2017, ampliando para 2018, como consta em LDO – ANEXO de Metas Fiscais - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita. Lei Ordinária 6.440/2017 e Decreto n ° 20.868/2017.	Sugerimos que todos os processos de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, sejam enviados previamente à Controladoria do município para análise prévia do disposto no art. 14 da LRF.	Regular.
2.2.5	Constatamos que o município implantou o REFIS no exercício de 2017, ampliando para 2018,	Sugerimos que todos os processos de concessão ou	Regular.

	como consta em LDO – ANEXO de Metas Fiscais - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita. Lei Ordinária 4.686/2001, 5.420/2008, 6.440/2017 e Decreto n° 20.868/2017. Lei complementar 30/2004.	ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, sejam enviados previamente à Controladoria do município para análise prévia.	
2.2.6	Constatamos que a avaliação do projeto é positiva, tendo em vista o aumento de receita, diminuição da dívida ativa, regularização dos créditos tributários do contribuinte sem extrapolar a estimativa da renúncia de receita prevista na LDO.	Sugerimos que todos os processos de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, bem como as justificativas, sejam enviados previamente à Controladoria do município para análise prévia.	Regular.
2.2.7	Constatamos que a avaliação do projeto é positiva, tendo em vista o aumento de receita, diminuição da dívida ativa, regularização dos créditos tributários do contribuinte sem extrapolar a estimativa da renúncia de receita prevista na LDO.	Sugerimos que todos os processos de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, bem como as justificativas e os resultados.	Regular.
2.2.8	Item não analisado.	-	Pendente.
2.2.9	Item não analisado.	-	Pendente.
2.2.11	Item não analisado.	-	Pendente.
2.2.12	Item não analisado.	-	Pendente.
2.2.13	Item não analisado.	-	Pendente.
2.2.14	Da amostragem dos créditos adicionais abertos, constatamos que todos os créditos foram efetivados pelo município através de decreto, nos termos do art. 42 da Lei 4.320/64	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir, tendo em vista que todos os créditos adicionais foram abertos por Decreto Executivo.	Regular.
2.2.15	Item não analisado.	-	Pendente.
2.2.16	Item não analisado.	-	Pendente.
2.2.17	Item não analisado.	-	Pendente.
2.2.19	Da análise dos créditos adicionais abertos, constatamos que não houve abertura de crédito adicional extraordinário.	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir, tendo em vista que não houve abertura de crédito adicional extraordinário.	Regular.
2.2.20	Item não analisado.	-	Pendente.
2.2.21	Da análise do portal da transparência, constatamos os instrumentos de planejamento da ação governamental (LDO, LOA), bem como os RREO e RGF.	Alertamos quanto a inexistência do PPA no Portal Transparência e sobre a obrigatoriedade de disponibilização/publicidade do mesmo – Lei 12.527/11.	Parcialmente Pendente.
2.2.22	Da análise do portal da transparência do município, constatamos que as informações relativas à execução orçamentária estão sendo atualizadas diariamente pelo município.	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir, tendo em vista que as informações contábeis estão sendo disponibilizadas no portal da transparência diariamente.	Regular.
2.2.23	Constatamos que o Chefe do Poder Executivo coloca a disposição do legislativo municipal e ao órgão responsável pela sua elaboração, não somente a PCA como também os balancetes mensais.	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir, tendo em vista que o município coloca a disposição do legislativo e ao órgão responsável pela sua elaboração, a PCA de cada exercício.	Regular .
2.2.25	Item não analisado.	-	Pendente.
2.2.26	Item não analisado.	-	Pendente.
2.2.27	Item não analisado.	-	Pendente.

2.2.29	Item não analisado.	-	Pendente.
2.3.3	Item não analisado.	-	Pendente.
2.3.4	Item não analisado.	-	Pendente.
2.4.2	Item não analisado.	-	Pendente.
2.4.4	O demonstrativo da dívida consolidada apresentado, não extrapolou o limite definido na resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir, tendo em vista que a dívida consolidada se encontra dentro dos limites legais.	Regular.
2.4.5	Item não analisado.	-	Pendente.

1.3. Da Gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal

Para elaboração da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal, foram extraídas informações constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO de 2018; na Lei Orçamentária Anual – LOA de 2018; nas Demonstrações Contábeis do Município além dos relatórios exigidos pela Lei Complementar 101/2000 - LRF (Relatório Resumido de Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal), também referentes ao exercício financeiro de 2018.

No que se refere à execução da despesa consolidada, foi fixado o montante de R\$ 327.000.000,00 (trezentos e vinte e sete milhões de reais), sendo que no decorrer do exercício, foram abertos créditos adicionais, gerando uma despesa autorizada da ordem de R\$ 378.074.396,20 (trezentos e setenta e oito milhões, setenta e quatro mil, trezentos e noventa e seis reais e vinte centavos).

Em relação à despesa fixada e executada na Lei de Orçamento para o exercício de 2018, bem como nos créditos adicionais abertos, observa-se que houve uma economia na execução da ordem de R\$ 43.341.060,87 (quarenta e três milhões, trezentos e quarenta e um mil, sessenta reais e setenta e oitenta e sete centavos), conforme a seguir:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR – R\$
Despesa total autorizada	378.074.396,20
Despesa empenhada	334.733.335,33
Economia na execução da Despesa	43.341.060,87

Quando comparado o montante da receita arrecadada com o montante da despesa realizada, nota-se que o valor arrecadado supera o montante de despesas totais.

DISCRIMINAÇÃO	VALOR – R\$
Receita Total Arrecadada	358.728.786,54
Despesa Total Realizada	334.733.335,33

No que se refere à programação dos instrumentos de planejamento da ação governamental, podemos constatar, através de amostragens, que os programas e ações previstos no Plano Plurianual de 2018-2021, na Lei de Diretrizes Orçamentária de 2018 e na Lei Orçamentária Anual de 2018 foram executados através do Orçamento Anual de 2018 em conformidade com a programação e prevista no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentária do Município.

No tocante ao controle patrimonial, apesar do município estar em fase de conclusão de inventário dos bens móveis e imóveis, há de se reconhecer que o município não está medindo esforços no sentido de implementar o devido controle e mensuração de todos os bens patrimoniais, apesar da Portaria nº. 548/2015 do STN e a Instrução Normativa TC nº. 048/2018 dilatarem os prazos para realização do inventário dos bens móveis, imóveis e de almoxarifado, visando atender as novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial ao levantamento da situação patrimonial e as devidas reavaliações. Assim, a Prefeitura Municipal de Colatina não está inerte à responsabilidade do efetivo controle patrimonial a ela imposto, responsabilidade esta sendo devidamente implementada, conforme podemos constatar dos demonstrativos contábeis que integram a prestação de contas anual de 2018.

No que se refere à gestão fiscal, constatamos que o município superou a meta de arrecadação prevista para o exercício. Em relação ao gasto com pessoal, constata-se que o município não extrapolou o limite máximo de gasto com pessoal previsto no art. 20 da LRF que é de 54%, nem tão pouco extrapolou o limite prudencial previsto no Parágrafo Único do art. 22 da LRF que é de 51,30%.

1.4. Da Gestão Previdenciária

No que diz respeito à gestão previdenciária, constatamos da análise dos demonstrativos contábeis apresentados relativos à PCA de 2018, que o município recolheu de forma tempestiva com as obrigações patronais, analisadas por amostragem, a ele impostas, bem como efetuou o devido repasse ao Regime Geral de Previdência Social das contribuições retidas de servidores e terceiros, não incorrendo

desta forma, em apropriação indébita e ausência de recolhimento de contribuição patronal ao Regime Geral de Previdência Social.

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Sérgio Meneguelli, Prefeito do Município de Colatina, relativa ao exercício de 2018. Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1 deste relatório, a referida prestação de contas encontra-se em condição de ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado para análise e julgamento, uma vez que as análises realizadas não identificaram inadequações ou inconsistências que maculam as informações apresentadas.

Colatina/ES, 26 de março de 2019.

PRISCILA GUIMARÃES CORRÊA
SECRETÁRIA DE CONTROLE INTERNO

DECISÃO

ATESTO ter tomado conhecimento das conclusões contidas no parecer conclusivo emitido pelo órgão central do Sistema de Controle Interno, a que se refere o parágrafo único, do artigo 4º, da Resolução TC nº 227/2011.

Colatina, 27 de março de 2019.

SÉRGIO MENEGUELLI
Prefeito Municipal